

**património
e projecto:**
*uma casa
no Amial*

Maria Ramos Albuquerque . FAUP 2011

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Ano lectivo 2010/2011

Património e Projecto: uma casa no Amial (1935-2011)

© Maria Ramos Albuquerque

Orientadora: Doutora Maria Teresa Saraiva Pires da Fonseca Dias da Fonseca

Estágio realizado em gabinete de arquitectura

Granja-Arquitectos Associados, Lda.

Janeiro - Maio de 2010

RESUMO

Uma casa, de presença discreta na zona do Amial da cidade do Porto, foi-nos proposta, por um familiar arquitecto, para se fazer um levantamento. Competiria a um gabinete de arquitectura e não a um simples estagiário, depois, desenvolver um projecto de reconversão. Estas duas circunstâncias, pareciam, à partida, objecto talvez irrisório para ser tratado no âmbito de uma tese de mestrado em arquitectura.

No entanto, ao longo desta primeira experiência fora do campo académico, foram surgindo questões que pareceram ser urgentes e que se foram partilhando com os arquitectos encarregados de desenvolver o projecto, dando origem a um curto estágio. Algumas mereceram aprofundamento, estimularam a curiosidade, levaram a fontes, e contribuíram para que outras questões surgissem. Como intervir num património moderno, anónimo, não reconhecido, sem referência e sem a devida atenção e classificação, mas que se descobre que é um importante exemplo arquitectónico : tornou-se importante no dia em que constituiu objecto de uma dissertação de mestrado em arquitectura na FAUP. Interessou-nos, face a esta questão, reflectir preliminarmente sobre a importância e abrangência deste tipo de património e perceber como agir face a esta nova situação projectual. Antes de qualquer intervenção, como deve agir o arquitecto e quais as consequências desta atitude na transformação de um edifício e identidade da cidade?

A nível projectual debatemo-nos com as mais variadas etapas de evolução e elaboração de um projecto de arquitectura, mas com a vertente “pré-existência”. O levantamento terá sido ponto essencial para o novo projecto. Descobertas foram feitas e sustentadas no novo projecto. Reconhecemos, analisamos, e estudamos um lugar, um programa e um património institucional relativo a uma ordem religiosa – o nosso Cliente. Essencialmente, foi nossa preocupação utilizar a formação de arquitectura, para da melhor forma, conseguir responder a uma reconversão de uma casa *velha* em *nova*, sem lhe tirar a sua identidade.

ABSTRACT

It has been proposed to us, by a relative who happens to be an architect, to survey that particular house with a discrete appearance, in the Amial area of the city of Porto. The reconversion project should follow, developed by an architect's office and not just by a mere trainee.

At a first glance, these two circumstances seemed subject perhaps too low to be considered as part of a master's thesis in architecture. However, seemingly urgent questions were arising. These questions were shared with the architects responsible for the project, throughout this first experience outside the university environment, resulting in a short internship. Some of these questions stimulated our curiosity, deserving further research and consideration and contributing to the arise of new questions.

How to intervene in a modern and anonymous heritage that is not properly recognised and classified but that turns out to be an important architectural example? It became important on the very day it was considered the subject of a FAUP's architecture master's degree dissertation. Our first concern about this issue was to understand the scope and importance of this kind of heritage, and reflect how to intervene in face of this new project's situation. How should the architect act before any intervention? What are the consequences of his attitude on the transformation of a building and the city's identity?

As far as the architectural project is concerned, we faced several stages of its elaboration and evolution at a pre-existence level. The surveying of the building has been crucial for this new project. Findings supported on this new project have been made. We have recognised, analysed and studied a place, a program and an institutional heritage concerning a religious order - our Client. The final concern was to apply our education in architecture to get the answers in order to achieve the best way to successfully reconvert an old house into a new one without taking away its identity.

[AGRADECIMENTOS]

pela oportunidade de conhecer um escritório de arquitectura,
arq.^{tos} Henrique e Etelvina Granja

pela simpatia do acolhimento desta experiência pedagógica,
pela informação que disponibilizou, sem a qual este trabalho não teria sido possível,
Irmandade Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora, em particular à irmã Adelaide da Conceição Lopes

pelo incentivo e preocupação com o meu percurso académico,
por toda a experiência que me tem proporcionado,
arq.^{ra} Margarida Quintã
eng.^{ro} Daniel Quintã

pela inovação,
pela disponibilidade,
pelo rigor,
prof.^{ra} Teresa Fonseca

pelos momentos
Alvaro Madureira

pela exigência
pelo exemplo
por tudo
o meu pai

[ÍNDICE]

| | |
|--|------------|
| Resumo Abstract | 5 |
| INTRODUÇÃO | |
| Objecto, Objectivo e Método | 11 |
| PARTE 01. PATRIMÓNIO | 15 |
| a) a propósito de um conceito de património [o património <i>discreto</i>] | 17 |
| b) ética do arquitecto [face à intervenção no património arquitectónico moderno e/ou contemporâneo] | 23 |
| PARTE 02. PROJECTO | 31 |
| [A casa de Nssa. Sra. dos Anjos na Rua do Dr. Carlos Ramos, nº50 ao Amial, Porto] | |
| a) o Levantamento | 33 |
| a.1. Cidade e Quarteirão | 33 |
| a.2. História e história das formas | 37 |
| a.3. a construção de 1935 vs 1923 | 39 |
| a.4. ampliações e outras intervenções posteriores a 1935 | 51 |
| b) o papel do arquitecto | 57 |
| c) o Projecto | 61 |
| c.1. Primeira Abordagem | 61 |
| c.2. o contexto Urbano | 63 |
| c.3. patologias da construção | 65 |
| c.4. 'o dono na obra' | 69 |
| c.5. o programa | 73 |
| c.6. uma referência [Convento de Gondomar, S. Cosme_ arq. ^{to} Fernando Távora] | 78 |
| d) uma Proposta | 88 |
| d.1. Desenhos de Licenciamento | 101 |
| d.2. Cronologia 1 [parâmetros de análise] | 109 |
| d.3. Cronologia 2 [síntese de desenhos] | 110 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| BIBLIOGRAFIA | 115 |
| CRÉDITO DE IMAGENS | 119 |
| PARTE 03. ANEXOS | 123 |

OBJECTO

A casa de Nossa. Sra. dos Anjos na Rua do Dr. Carlos Ramos, nº50 ao Amial, Porto

OBJECTIVO

*“Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar; precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário.”*¹

Com esta dissertação de mestrado pretende-se realizar um exercício teórico - prático onde estará patente uma investigação empírica aliada a uma problemática projectual, e uma investigação bibliográfica que justifique e comprove a mesma. Só assim é possível a reflexão sobre um tema que exalta inquietação e deveria fomentar interesse: a adaptação de uma habitação *discreta*, unifamiliar e moderna à realidade actual e a um novo tipo de público.

Houve uma época em que “ninguém fazia recuperação de edifícios, mas hoje temos de reconhecer a qualidade dos edifícios das várias épocas e ver como é que os nossos colegas realizaram este tipo de problemas (...) e há, por outro lado, uma necessidade e uma capacidade para trabalhos grandes, de recuperação. Temos de tomar conta disso, porque Portugal dentro de anos vai ter uma situação de excesso de casas.”²

Hoje, já se assiste à demolição, alteração total, substituição de edifícios e/ou de espaço público. Já não protegemos apenas os monumentos em nome da história e da arte, mas também a obra anónima, é conservada. Já foi tempo em que só a grande escala era relevante na preservação do património. Começa-se a olhar para a cidade como a nossa casa. E é papel do arquitecto proporcionar esta harmonia entre conservado e novo salvaguardando toda a qualidade que a archi-

¹ ZUMTHOR, Peter, *Pensar a arquitectura* / Peter Zumthor ; trad. Astrid Grabow. - Barcelona : Gustavo Gili, 2005, p.17.

² Revista *Arquitectura e Vida*, nº37; Abril 2003; Entrevista a Fernando Távora: “A experiência do ensino e da arquitectura”, p.43-49.

tectura deve garantir.

A intervenção numa habitação que provém de uma época arquitectónicamente turbulenta, em que se assiste à passagem da hegemonia da concepção clássica para uma nova concepção de arquitectura, aborda a problemática da recuperação de edifícios, tema que é envolto de posições diversas e antagónicas; no entanto apesar da teoria desenvolvida, quando confrontada com a realidade, salientam dúvidas que sempre persistem. Como identificar, respeitar, reconhecer os sinais do tempo? Que referências físicas se deverão aproveitar para o novo projecto de arquitectura? De que forma é que este contacto entre o existente e o novo se deve fazer? Aproveitar ou demolir? Estas questões serão sempre constantes a ponderar, podendo variar de caso para caso. A elaboração desta tese permitirá precisamente aliar a essência da arquitectura – o projectar - a uma problemática resultante da mesma - o projectado.

“Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.”³

METODOLOGIA

A abrangência do tema e o risco de actuar sobre um campo tão vasto levou ao seu condicionamento, seguindo critérios válidos e relevantes para o resultado, no seguimento de uma preocupação projectual. Pretende-se, que o desenvolvimento deste trabalho respeite uma cronologia de elaboração de projecto, podendo distinguir-se duas fases de desenvolvimento.

O ponto de partida define-se por uma reflexão teórica assente numa experiência de estágio num gabinete de arquitectura, no sentido que nos dará as bases para decifrar os elementos que deveremos manter, recuperar, (re)utilizar no novo projecto.

A segunda parte caracteriza-se pela identificação, conhecimento e clarificação do objecto de estudo, das suas intervenções várias e do novo projecto. Neste sentido torna-se importante referir os passos. Para o reconhecimento e levantamento iniciais, foi crucial a pesquisa e consulta de intervenções anteriores, na Câmara Municipal do Porto e no Arquivo Histórico do Porto. As descober-

³ DUC, Viollet Le : *Le Dictionnaire d'architecture*. Recolha e comentários por P. Boudon e P. Deshyes, Pierre Madraga, Bruxelles, 1987.

tas desta pesquisa, por vezes surpreendentes, possibilitaram novas descobertas e pontos relevantes que vieram sustentar o trabalho. Por vezes, a escassez de informação impossibilitou análises concretas. Neste sentido, foram criados quadros comparativos e de síntese que possibilitassem, de forma clara e cronologicamente, tirar conclusões e estabelecer comparações entre as intervenções de modo a estabelecer um fio condutor.

No final, o projecto apenas tem a ganhar com a investigação histórica e com o levantamento, sendo que muitas vezes se sustenta no seu passado e nas referências apreendidas durante o percurso académico.

PARTE 01 . *património*

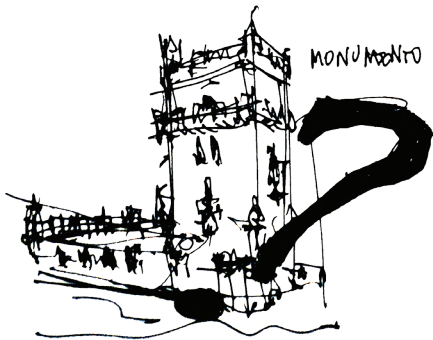
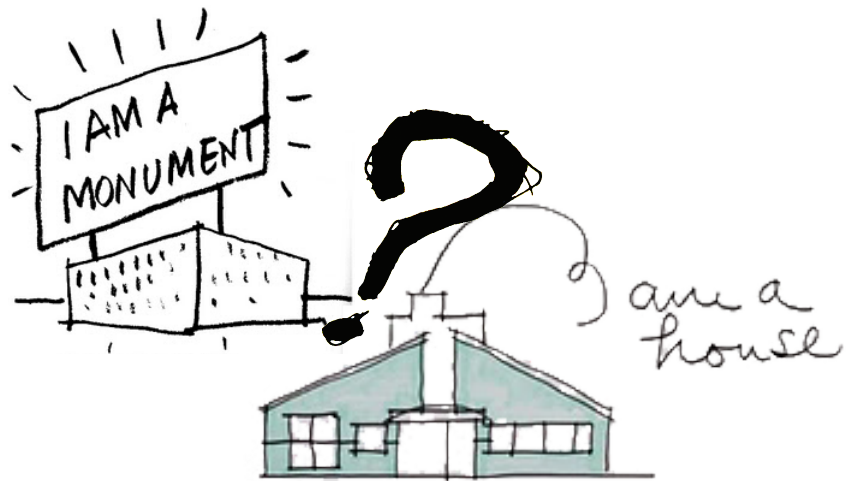
“No creo que sea tan importante hablar de rehabilitación como de la forma de construir en la ciudad, restaurando unas veces y proyectando obras de nueva planta otras, y siempre con el convencimiento más profundo de lo que la ciudad representa. Construir lo construido.

Construir con la esperanza del futuro.

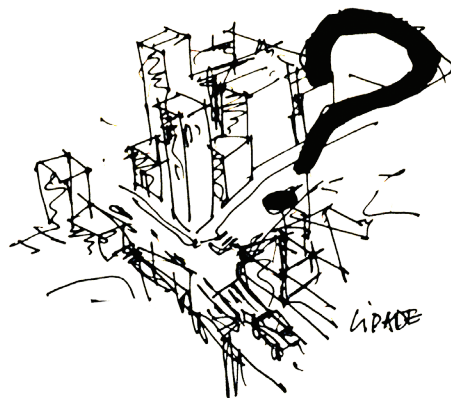
Construir con la necesidad del presente.

Construir sobre el pasado, pues vivimos en ciudades del pasado y sobre ella o con ella hacemos la ciudad para el futuro y así ha sido casi siempre en la historia.”

Fernando Villanueva Sandino, “Construir sobre el pasado”, *in Rehabilitacion y Ciudad Historica*.



património?



1. o que é património cultural?
esquema em torno de um conceito
de património. o homem, o monu-
mento, a casa, a cidade. esquemas
de Robert Venturi (*i'm a house* e *i'm
a monument*) e de autor.

A PROPÓSITO DE UM CONCEITO DE PATRIMÓNIO

[o património *discreto*]

aurores e documentos importantes para a construção de uma definição de património :

Viollet-Le-Duc e o restauro estilístico (final séc. XVIII)_ o autor defendia a destruição de todos os acrescentos e alterações ao desenho original, restaurando assim um dado edifício de acordo com o que se entendia ser a ideia original ou correspondente ao período considerado mais relevante.

conclusão : ao desenvolver o processo de restauro segundo uma lógica da busca de estilo, arriscava-se a desenvolver no final algo que poderia nunca ter existido;

John Rustin e William Morris e o movimento anti-restauro (meados séc. XIX)_ Defendia-se o respeito absoluto pela matéria original da estrutura a restaurar e uma aproximação muito mais conservadora e racional onde se bania toda e qualquer intervenção que a pudesse desvirtuar.

conclusão : visão extremamente fatalista, idealista e passiva, revelando uma total descrença no restauro como modo civilizado de intervir no património arquitectónico do passado, permitindo apenas pequenas obras de manutenção e conservação.

Luca Beltrami e o restauro histórico (final séc. XIX)_ procura de um estilo universal em detrimento de uma análise individualizada de cada estrutura a recuperar, do recurso a critérios específicos e da adopção de soluções particulares para problemas singulares. Assume-se a particularidade de cada edifício na sua realidade histórica original, apresentando-se o monumento como um documento científico, onde importa reconhecer cada fase da sua construção a fim de se proceder a um restauro que seja capaz de respeitar e de individualizar as diferentes valências da estrutura a intervir.

Desde o século XVIII que arquitectos, historiadores e arqueólogos, entre experiências bem e mal sucedidas, têm vindo a debater a questão da intervenção em património recebido do passado.

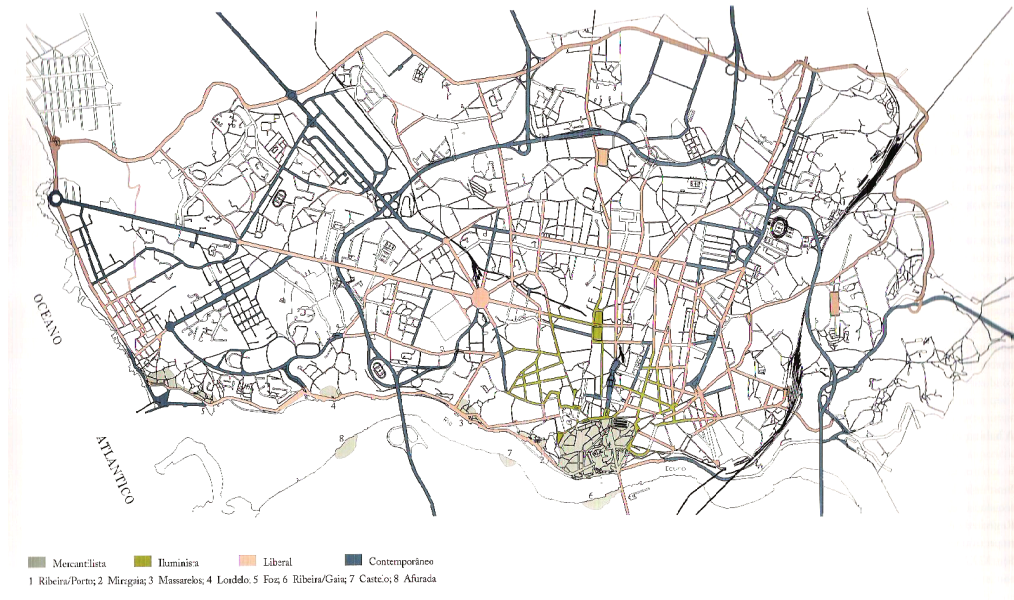
O debate, que tem considerado problemas que se prendem com o que preservar, para quê e como, atingiu, em 1964, uma plataforma estável, madura e, sobretudo, correspondeu às exigências e aspirações da época. A carta de Veneza “... determinando que a intervenção nova se deve manter claramente diferente da antiga ...”¹ teve um papel determinante na reutilização da arquitectura, valorização e exaltação do património durante o século XX.

No entanto, a definição cada vez mais abrangente e lata de património e a sua constante mutação face à evolução e às inovações da arquitectura, obrigam a reabrir constantemente o debate. Apesar do conceito de património já não se limitar apenas aos monumentos mas a conjuntos e sítios, e de se notar já alguma atenção e preocupação pela arquitectura de menor referência [como é o caso de habitações] torna-se ainda muito exígua e/ou limitrofe na resposta à sua conservação face a sua reutilização. Os diversos conceitos e a proximidade temporal, questionam constantemente a rigidez das normativas da conservação do património mais recente (moderno e contemporâneo).

O património edificado a que passaremos a apelidar de *discreto* trata toda a produção urbanística e arquitectónica que no seu conjunto envolvente, atribuem a um determinado local, uma identidade e uma imagem próprias. O património *discreto*, não referenciado, não avaliado, não identificado em obras de referência, são construções, geralmente de pequena escala, e geralmente, propriedades particulares. Preservar estes elementos, passou a ser, também, uma necessidade de comunicar e de validar um uso para estes fragmentos da história. Encontramos nestes elementos, factores e características distintas ou similares, que no conjunto, constituem as parcelas de um todo, que é a nossa cidade.

As construções cujo uso é o de habitar, sempre dominaram em quantidade e extensão na cidade. No caso concreto da cidade do Porto, dominam mesmo

¹ COSTA, Alexandre Alves, “O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade”, em *Jornal de Arquitectos* nº213, 2003, p.9.



2. planta da cidade do Porto com apontamento das fases de desenvolvimento arquitectónico e urbanístico.



3. panorâmica da cidade do Porto;

*“Havia uma cidade ideal quando os homens se apropriaram das cidades da sua história para continuarem a história. quando cada obra arquitectónica significava uma parte específica da cidade e a ideia de toda a cidade. Quando se utilizaram os elementos herdados para revolucionar a própria herança e estabelecer novas relações. (...) Havia várias cidades ideias quando os homens duvidaram da sua cidade real. Quando para os novos sistemas de vida que se formavam se reproduziu o sistema passado, ultrapassado. Negou-se a cidade, procurando-se na Natureza um outro espaço para organizar. Outros procuraram na cidade, nas suas contradições e nos novos sistemas de vida, a continuação de uma obra colectiva cada vez mais complexa. Novos desenhos ditados por novos desejos, possibilidades e materiais se construíram, revelando a permanência de uma mesma essência espacial na arte de organizar a cidade. De um mesmo tipo se propuseram novos modelos.” [Francisco Barata Fernandes, in *Transformação e Permanência na Habitação portuense*]*

Camilo Boito e o restauro moderno (final séc. XIX) concilia a defesa da memória histórica do monumento com a recuperação da sua própria imagem antiga, sem cair todavia nos excessos do passado. *“no que tange aos monumentos antigos, é melhor consolidar do que reparar, reparar do que restaurar, restaurar do que refazer, refazer do que embelezar, em nenhum caso se deve acrescentar e, sobretudo, nada suprimir.”*

Cartas de Atenas (1931) e Carta Italiana de Restauro (1931) e o restauro científico _ trata-se do primeiro documento internacional de referência que serve de base a toda e qualquer intervenção de restauro, estabelecendo as linhas gerais de acção para a condição dos processos da conservação patrimonial. Entre as mais inovadoras propostas destacam-se: 1) a classificação das obras de arte e dos monumentos como valor da humanidade, pelo que, cada Estado deverá zelar pela sua salvaguarda, 2) defesa das obras de manutenção e de conservação como meio mais eficaz para assegurar a longevidade do monumento, 3) proposta de reutilização do monumento, com actividades que respeitem o uso original deste, 4) defesa do respeito pela obra histórica e artística do passado, sem banir ou seleccionar “estilos” aquando do restauro do monumento, 5) importância dos contextos envolventes ao monumento 6) uso de materiais modernos para a consolidação sempre que necessário das estruturas a restaurar, 7) colaboração multidisciplinar com técnicos associados à física e à química e 8) necessidade de um rigoroso trabalho prévio de análise e documentação que fundamente as intervenções e possa fornecer um diagnóstico correcto das anomalias detectadas. A Carta de Veneza enfatiza, a necessidade de adoptar estratégias de manutenção e de conservação dos monumentos a fim de evitar todo e qualquer tipo de restauro baseado em complementos ou inovações. O recurso a técnicas de recomposição deverá ser sempre baseado em sólidas provas documentais e ser claramente diferenciado da estrutura original através do uso de “elementos neutros”, apenas os suficientes para assegurar uma correcta conservação do monumento a restaurar.

na caracterização da cidade, durante um largo período da nossa história.²

Enquanto que é relativamente fácil descobrir, na cidade, diferentes áreas, correspondentes a diferentes épocas de produção e expansão (área urbana medieval, área urbana de expansão oitocentista, área urbana de periferia, entre outras), é difícil proceder de igual modo quando a expressão evoca uma área urbana de transição. No entanto, estas áreas contêm aspectos essenciais para o conhecimento da cidade que lhes são comuns. E estes aspectos são essenciais para o entendimento de determinado processo urbano e para a intervenção do arquitecto.

Com efeito, todas as áreas duma cidade são marcas no território urbano das suas grandes mudanças. Mas são também o registo dos meios e do tempo que essas grandes mudanças envolveram.

De facto, “na cidade que temos, de forma insensível, ou quase, para muitos, lentamente, mas continuamente e em processo de aceleração, o ambiente com o qual nos identificamos é destruído, como se fosse essa a condição de o transformar. (...) Não basta não demolir a Torre dos Clérigos, não basta não demolir o Barredo. Não é necessário destruir para transformar. Para transformar, é necessário e indispensável não destruir a cidade. Ou ficará apenas um crepúsculo sem olhos de poeta em cada um de nós - os olhos que trazemos ao nascer.”³

A cidade é inevitavelmente um produto do tempo. É um conjunto de várias partes, feita em diferentes épocas, e no seu todo, tem uma identidade própria, esta identidade que se fabrica ao longo da história. Com efeito, “el deber de conservar el patrimonio del siglo XX tiene la misma importancia que la obligación de conservar el patrimonio relevante de otras épocas. (...) El patrimonio arquitectónico del siglo XX está en peligro debido a la falta de apreciación y cuidado. Una parte del mismo es ya irrecuperable, y otra, aún mayor, corre el mismo riesgo. Se trata de un patrimonio vivo que es esencial entender, definir, interpretar y gestionar adecuadamente para las generaciones futuras.”⁴ Existem elementos arquitectónicos que permaneceram, outros que se transformaram, outros que entraram em declínio. E o mesmo processo não responde apenas às obras de arquitectura, mas também, à própria cidade.

² FERNANDES, Francisco Barata : *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Faup Publicações, 1999, p.18.

³ VIEIRA, Álvaro Siza : *01 Textos* , “A cidade que temos” (1980), Civilização, 2009, p.19-20.

⁴ Documento de Madrid 2011, p.1



4. troço do alçado da rua do Coronel Almeida Valente, Porto;



5. troço do alçado da rua do Doutor Carlos Ramos, Porto;



6. troço do alçado da Marechal Gomes da Costa, Porto;



7. troço do alçado da praça do Império, Porto;



8. troço do alçado da rua do Amial, Porto;



9. troço do alçado da rua Álvares Cabral, Porto;



10. troço do alçado da rua do Duque de Saldanha, Porto;



11. troço do alçado da rua privada do Duque de Saldanha, Porto;



12. troço do alçado da rua de Pedro Hispano, Porto;

A conservação da autenticidade e da integridade das diversas áreas de formam uma cidade é particularmente importante, onde podem ser inevitáveis alterações derivadas do uso quotidiano cuja acumulação pode ter um impacto no significado patrimonial. Uma metodologia de gestão das alterações, é parte de um processo de conservação para manter o significado cultural, a autenticidade e a integridade do património.

Pela primeira vez, o Comité científico do Património do séc. XX protagonizado pela ICOMOS internacional (International Council on Monuments and Sites), está a desenvolver critérios para a conservação de bens patrimoniais do séc. XX, durante 2011-2012. Vários debates decorreram entre 14 e 16 de Junho, em Madrid, e um documento foi publicado - o documento de Madrid.

O documento de Madrid, aproveita os outros documentos relativos à conservação do património arquitectónico, identifica grande parte das questões vinculadas à conservação do património arquitectónico e a relação do património arquitectónico do séc. XX com as épocas anteriores, quer respeitante às suas semelhanças, como diferenças. Pretende-se contribuir, de alguma forma, para a gestão correcta e respeitosa deste importante aspecto do património cultural - o património arquitectónico do séc. XX.

Por sua vez, outras organizações, como é o caso da fundação DO.CO.MO.MO.(Documentação e Conservação da arquitectura e do urbanismo do Movimento Moderno), mais concretamente a Ibérica, surgiu, recentemente, da necessidade de promover, estudar e documentar a arquitectura do movimento moderno em Portugal e Espanha, com o fim de tornar o seu reconhecimento como parte da nossa cultura do século XX, a sua protecção patrimonial e conservação. Esta fundação, na tentativa de tentar perceber que tipo de edifícios devem constituir este tipo de Património, analisa as circunstâncias que lhes deram origem, documenta os projectos que os degeneraram e avalia as suas condições actuais realizando paralelamente congressos, seminários e exposições no âmbito de não deixar passar as contribuições da arquitectura moderna e contemporânea em claro.

“Havia uma cidade ideal quando os homens se apropriavam das cidades da sua história para continuarem a História. Quando cada obra arquitectónica significava uma parte específica da cidade e a ideia de toda a cidade. Quando se utilizaram os elementos herdados para revolucionar a própria herança e estabelecer novas relações.”

Cartas Internacionais de Restauro e a Problemática Actual _ à Carta de Veneza sucedem-se inúmeras outras cartas internacionais de restauro que pouco têm vindo a acrescentar ao longo dos anos. As políticas de protecção do património continuam ainda muito direccionadas para os grandes edifícios religiosos e civis, edifícios de excepção na malha urbana das grandes cidades. **conclusão** : Necessidade de desenvolver uma prática de restauro assente na multidisciplinaridade, necessidade de informação ao público e o direito à participação popular nas decisões relativas aquando da intervenção no espaço urbano e em peças excepcionais do tecido da cidade.

Documento de Madrid (2011) _ O dever de conservar o património do séc. XX tem a mesma importância que a obrigação de conservar o património relevante de outras épocas. Muitos dos conceitos dos documentos anteriores referentes à conservação do património arquitectónico podem ser aplicados, de igual modo a outras expressões do património cultural do séc. XX.



13, 14, 15. evolução da Av. da Boavista, Porto: fotografias tiradas do mesmo ponto de vista, em 1982, 2005 e 2011.

ÉTICA DO ARQUITECTO

[face à intervenção no património arquitectónico moderno]

Existe, como já vimos, uma dificuldade em traçar uma normativa ou metodologia única e eficaz na orientação dada aos projectos de reabilitação dada a sua heterogeneidade. Não existem cartas nem normativas que auxiliem teoricamente o arquitecto a intervir no património *discreto*, que o conduza num processo, de forma a não transfigurar ou tirar identidade, a determinada zona ou área da cidade.

O arquitecto é, geralmente, orientado segundo uma regra de ética e gosto. E por isso a questão persiste - Como intervir num Património não classificado? Como pode o arquitecto contribuir para o reconhecimento de valores em edifícios não avaliados? O que fazer? Conservar a autenticidade, os valores históricos e estéticos do passado ou, por outro lado, intervir requalificando a forma, função, procedendo assim a uma actualização de todo o objecto em causa? Se na primeira opção corremos o risco de congelar o edifício num dado momento da sua história, desprovendo-o de qualquer função ou sentido, por outro lado, intervindo de forma radical neste, arriscamo-nos a cair no erro de alterá-lo irremediavelmente, perante a necessidade de lhe atribuir uma dada funcionalidade.

É evidente que não se resolve este facto, na cidade contemporânea, com a imobilização de um passado, com a conservação de tudo o que existe, mas sim pensando-a como um organismo vivo. A Carta de Veneza deixou de responder eficazmente às realidades e necessidades reais de intervenção, a partir do momento em "... que muitos trabalhos de reutilização de edifícios, no seu afã de afirmação da nossa época, tantas vezes retórica, neutralizaram a preexistência, tomada como pano de fundo, lugar estabilizado e intocável. Esta posição respeitadora, embora, do passado que não lhe interessa interpretar, impõe a sua marca, estabilizando para sempre a vida do edifício ou do conjunto."⁵ Se tal acontecesse, grande parte do centro do Porto, deixaria hoje de estar habitado e seria apenas um resquício de uma memória, dedicado apenas ao turismo e não às necessidades da vida quotidiana.

No entanto, também não é solução, negligenciar por completo toda a história e conhecimento produzido num edifício, desconfigurar o tecido urbano

⁵ COSTA, Alexandre Alves, "O património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade", em *Jornal de Arquitectos* nº213, 2003, p.9.

e a sua envolvente próxima, ou descontextualizar um local deixando-se “ofuscar pelas vantagens do presente imediato”⁶

Relatando um troço da conferência do arquitecto Álvaro de Siza Vieira, na Escola Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, onde se debateram os Critérios de Intervenção no património moderno do século XX, Siza inicia o seu discurso, revelando a sua atitude perante o confronto com o projecto para a Casa de Chá da Boa Nova em Matosinhos: “(...) *esta experiência acabou muito com esse preconceito que sempre tinha que, podia melhorar, tratando-se de intervir numa casa antiga (...) esta tendência juvenil para modernizar, porque é importante pôr o moderno em correspondência com a vida dos cidadãos e com a imagem da arquitectura. No entanto, há mil oportunidades de fazer o moderno, sobretudo na periferia das cidades, e os resultados não são muito brilhantes. Mas eu pensei que, num caso histórico, havia a necessidade de manter a integridade da arquitectura e que na periferia haveria muitas oportunidades para introduzir o moderno, e também, por vezes, em casos históricos. Aqui a força transformadora de um programa, pode ser um indicativo forte para incluir uma intervenção radical. No entanto, à vontade do arquitecto, predomina a natureza do trabalho. Quem a promove na cidade? Trata-se de um processo de transformação mais sólido, do que propriamente a vontade do arquitecto. É esta força interior natural do trabalho, que promove a posição mais radical do arquitecto e do seu trabalho.*

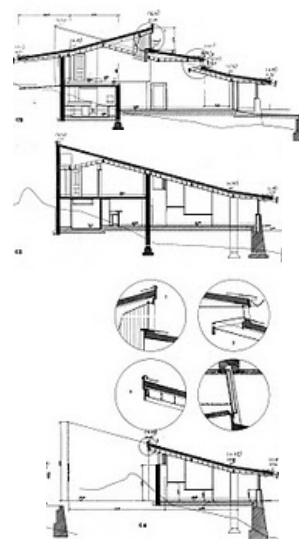
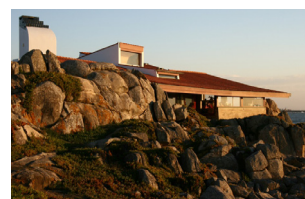
De qualquer forma, a regra normal será a de manter a integridade do que existe. Esta posição é muito importante porque, se olharmos para as obras dos grandes criadores da arquitectura moderna, podemos ver como o passado, a história foi influente. Basta pensar em Le Corbusier na Índia, ou no Brasil, quando recupera o uso quase abandonado do azulejo tão rico e multiplicado do séc. XVIII. Ou Kahn, que na fase mais madura da sua obra, percorre civilizações na sua arquitectura e é considerado um dos maiores criadores e referências da arquitectura moderna.

Por isso, é importante manter vivos estes sinais que estão a desaparecer. Cortando essa fonte de impulso, de referência, poderá trazer consequências para a identidade das cidades.”⁷

Segundo a declaração de Siza, a solução passa, talvez, por se usar, no

6 PEREIRA RODERS, Ana Rita, POST, Jouke, ERKELENS, Peter, 2006 in Prova Final de Nuno Miguel Pinto Duarte, FAUP 2008/2009, p. 133.

7 VIEIRA, Álvaro Siza; Conferência magistral sobre restauração e intervenção em edifícios e envolvente, de valor histórico. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (ETSAM), 2011, min. 17:20.



16. fotografia e desenhos técnicos da casa de chá da BoaNova, Matosinhos, de Álvaro Siza Vieira.

projecto de arquitectura um método que estude os vestígios do passado, determinando o que pode e deve sobreviver, assinalando essa memória que a cidade transporta. Mas as estratégias projectuais deverão constituir diferentes níveis interpretativos, variando as noções de continuidade ou modificação em cada intervenção.

“A recuperação do passado, a partir da nossa contemporaneidade é a nossa tarefa: a reconstrução de algo que poderá não ter existido como tal, da memória revelada por nós”⁸

Deverá, portanto, existir uma peculiar atenção e um cuidado especial com a especificidade que cada obra encerra em si, não só pelo valor simbólico, histórico e artístico desta, mas também pela memória social que importa manter intacta. Dada a responsabilidade pública a que qualquer intervenção obriga, todo e qualquer gesto deverá ser devidamente discutido e analisado, apesar da metodologia projectual empregue. Uma intervenção consciente implica sempre um profundo conhecimento técnico, artístico, histórico e documental. Apesar da singularidade de cada projecto de restauro, este deverá ser sempre balizado por um vasto conhecimento teórico. Embora as teorias de restauro tendam sempre para uma generalização, a sua relevância reside justamente no facto de reflectirem sobre o melhor método para se alcançar o grau de conhecimento necessário a correcta intervenção. As formulações teóricas apesar de por vezes desagregadas do gesto prático, permitem que pelo menos se circunscreva e se defina o campo de acção de maneira adequada e fundamentada.

De qualquer forma, num restauro é preciso mudar, salvo em casos excepcionais, pois todos os edifícios têm mil possibilidades de continuidade, sem que seja a demolição total a decisão a tomar. No entanto, a acção do arquitecto era a de devolver ao lugar (uma vez identificado e assumido tipologicamente) um seu projecto.

A metodologia que, segundo o documento de Madrid, seria mais apropriada para o desenvolvimento de um plano de conservação, identifica sete pontos:

⁸ MOSQUERA, Eduardo, “De la utilidad de la arquitectura para el patrimonio”, in *Instituto Andaluz do Patrimonio Histórico—Arquitectura e patrimonio: memoria del futuro: una reflexión sobre la relación entre patrimonio y arquitectura*. Sevilla: J.A. Universidades de Alcala y Valladolid, 1992, p.27.



17.



18.



19.



21.



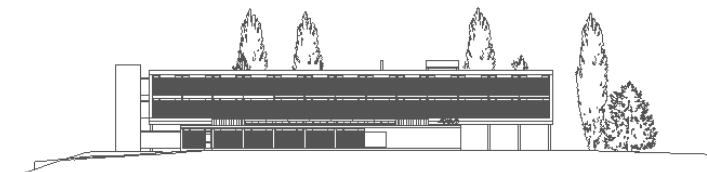
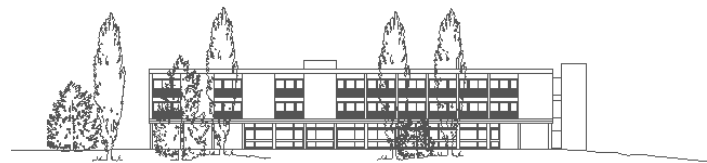
20.



22.



23.



24.



25.

17, 18, 19, 20. zona habitacional do picote: casas dos engenheiros; imagens antes da intervenção.
projecto original (1954-1959) : Rogério Ramos, João Archer, Nunes de Almeida.

21, 22, 23, 24, 25. zona habitacional do picote: casas dos engenheiros; imagens do projecto de reabilitação.
projecto de Reabilitação (1999-) : Cannatà & Fernandes

autenticidade_ qualidade de um bem patrimonial expressar os seus valores culturais, através da sua presença material e dos seus valores inatingíveis, de uma forma credível e correcta. Depende do tipo de património e do seu contexto.

conservação_ refere-se a todos os processos de cuidado encaminhados à manutenção do seu significado cultural.

significado cultural_ refere-se ao valor estético, histórico, científico, social e/ou espiritual de gerações passadas, presentes ou futuras. Este significado cultural reflecte-se no lugar e em si mesmo, na sua localização, estrutura, uso, associações, significados, registos, e lugar e objectos relacionados. estes lugares podem ter uma ampla variedade de significados para diferentes indivíduos ou grupos.

integridade_ é a medida de conservação do estado original na totalidade do seu património construído e seus atributos. A análise do estado de integridade requer, portanto, de uma avaliação até onde o bem:

1. inclua todos os elementos precisos para expressar o seu valor;
2. Assegure a representação completa das características e processos que transmitem o significado do lugar.
3. Sofra efeitos adversos da sua evolução e/ou negligência.

intervenção_ é qualquer alteração ou adaptação, incluindo transformações e ampliações.

manutenção_ refere-se ao cuidado continuado da conservação, tanto da estrutura, como do ambiente em que está inserido, e deve distinguir-se da sua reparação.

reversibilidade_ significa que uma intervenção pode ser desfeita sem causar distúrbios ou mudanças na estrutura básica histórica.

[referência documento de Madrid, 2011, p. 5]

1. Manter a integridade através dum entendimento do seu significado.

Para qualquer intervenção é necessária uma rigorosa análise histórica e uma investigação apropriada, bem como a recolha de documentação, com o objectivo de assegurar a manutenção das características e processos que conferem ao bem significado. A compreensão da forma como o significado cultural se manifesta no património arquitectónico do séc. XX, bem como da contribuição dos diversos elementos e valores a este, resulta essencialmente na tomada de decisões adequadas para o seu cuidado e a conservação da sua autenticidade e integridade. Os edifícios evoluem com o tempo, e as novas alterações podem ter um significado cultural. Um mesmo bem pode requerer diferentes enfoques e métodos de conservação. Para isso há que se consultar o autor, ou o construtor, quando se considerar relevante.

“La integridad del patrimonio arquitectónico del siglo XX no debe verse afectada por alteraciones o ampliaciones poco sensibles.”⁹

2. Utilizar uma metodologia que avalie o significado cultural e proporcione critérios para a sua conservação e respeito antes de começar qualquer intervenção.

A metodologia deve seguir critérios de conservação adequados culturalmente.

A investigação histórica, a análise do significado de todos os elementos que constituem um bem (incluindo interiores, localização, e obras de arte associadas), assim como dos valores intangíveis, devem ser incluídos na elaboração de pautas, para orientar a evolução e as modificações. É essencial que esta análise seja feita antes do início de qualquer intervenção para garantir que a sua evolução e modificações se rejam por critérios específicos.

3. Estabelecer limites dentro das alterações permitidas

Para cada caso de conservação, devem-se estabelecer critérios e directrizes prévios no início de qualquer alteração. Um plano de conservação deve definir os elementos mais significativos do bem, as áreas susceptíveis à intervenção, a optimização e as medidas de conservação que se devem adoptar. Deve-se atender aos princípios arquitectónicos e às tecnologias de construção específicas utilizadas no séc. XX.

⁹ Documento de Madrid, 2011, p. 2

4. Recorrer a especialistas interdisciplinares

Os planos de conservação requerem um enfoque interdisciplinar, que tenha em conta todo o aspecto que contribua para o significado cultural. Os especialistas em novos materiais e tecnologias de conservação, podem ter de levar a cabo investigações e intercâmbios de conhecimento específicos devido ao uso e proliferação de materiais e métodos não tradicionais no séc. XX.

5. Incluir um plano de manutenção

É importante estabelecer um plano para o cuidado preventivo e manutenção regular do património arquitectónico do séc. XX, podendo ser também necessário incluir um plano de consolidação de emergência. A manutenção continuada e adequada, e as inspecções regulares são, conseqüentemente, as melhores medidas de conservação do património arquitectónico, e reduzem os custos a longo prazo. Um plano de manutenção servirá de ajuda neste processo.

6. Identificar quais os responsáveis na acção de conservação

É importante identificar as partes encarregadas e os responsáveis da acção de conservação do património do séc. XX. Estas podem incluir, sem limitações, a proprietários, autoridades patrimoniais, comunidades, governos locais e ocupantes.

7. Arquivos e documentação

É importante a elaboração de documentação destinada aos arquivos públicos quando são levadas a cabo alterações no património do séc. XX. As técnicas de documentação devem incluir, fotografias, desenhos à escala, documentação escrita, modelos tridimensionais, amostras, avaliação destrutiva e recompilação documental. A investigação em arquivos também é importante. Em todas as intervenções, deve-se documentar adequadamente as peculiaridades do bem, bem como as medidas adoptadas. A documentação contribuirá para a interpretação e entendimento do bem. Toda a informação obtida da investigação, assim como outros inventários e documentos, deve ser acessível a todas as pessoas interessadas.

Fernando Távora, em 2003, apela para o facto de, em Portugal, não haver uma rotina de reutilização de edifícios, e ser inevitável “porque dentro de anos vai

ter uma situação de excesso de casas.”¹⁰ Reabilitar é preciso, hoje mais do que nunca. Recuperar qualidades que foram perdidas e integrar, ao mesmo tempo, as mesmas características num ambiente contemporâneo, confortável e dedicado ao homem de hoje, é papel do arquitecto de hoje.

“A recuperação do passado, a partir da nossa contemporaneidade é a nossa tarefa: a reconstrução de algo que poderá não ter existido como tal, da memória revelada por nós. A que temos direito a transmitir.”¹¹

Porque “qualquer um desses edifícios foi moderno e porque todos o foram a constante da modernidade preside ao conjunto; não interessa o estilo em que cada um deles foi realizado - interessa, sim, a semelhante atitude que presidiu à sua concepção.”¹²

“Na arquitectura de restauro não é necessário alterar, salvo em casos excepcionais, pois todos os edifícios têm mil possibilidades de continuar sem que a solução seja a demolição.

*(...) A força interior do edifício é aquela que promove o trabalho de qualquer arquitecto”*¹³

¹⁰ TÁVORA, Fernando : *Teoria Geral da Organização do Espaço*. Arquitectura e Urbanismo: a lição das constantes. Porto: Faup, Publicações, 1993, p. 12

¹¹ MOSQUERA, Eduardo, “De la utilidad de la arquitectura para el patrimonio”, in *Instituto Andaluz do Património Histórico—Arquitectura e patrimonio: memoria del futuro: una reflexion sobre la relación entre patrimonio y arquitectura*. Sevilla: J.A..Universidades de Alcala y Valadolid, 1992, p.27.

¹² TÁVORA, Fernando : *Teoria Geral da Organização do Espaço*. Arquitectura e Urbanismo: a lição das constantes. Porto: Faup, Publicações, 1993, p. 12

¹³ <http://www.madrid2011.eu.com/noticias/2011/06/alvaro-siza-la-fuerza-interior-del-edificio-promueve-el-trabajo-de-cualquier-arquitecto/>; acedido em 11 de Agosto de 2011

PARTE 02 . *projecto*

[A casa de Nossa. Sra. dos Anjos na Rua do Dr. Carlos Ramos, nº50 ao Amial, Porto]

“O arquitecto pode apenas completar o que é dado.”

FONSECA, Teresa : a construção da nova faculdade de arquitectura da Universidade do Porto 1985-1998 in Alvaro Siza et. al *Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto : percursos do projecto*; Porto : Faup Publicações, 2003, p.46.

“Que o espírito de cada observador deste projecto possa imaginar o que para nós é já uma realidade.”

Fernando Távora, “Uma Casa Sobre o Mar”, in Revista de Arquitectura, nº 0, Ano I, Porto, FAUP, 1987, p.31



26. Planta da Evolução do Espaço Urbano do Porto; Eixos de Expansão da cidade (Planta de J. M. Pereira de Oliveira)



27. Planta referente ao zonamento das áreas industriais e das zonas habitacionais da cidade (Planta trabalhada a partir da Planta de J. M. Pereira de Oliveira)

a) O LEVANTAMENTO

a.1. CIDADE E QUARTEIRÃO

A relação de uma Obra com a sua envolvente, constituiu desde sempre, um ponto fundamental para o estudo da arquitectura. O conhecimento do contexto é, como já vimos, fundamental ao projecto. “O objectivo principal não é o de estudar a arquitectura, mas o de fazer arquitectura, de projectar e construir com vontade de significação.”¹⁴

Desta forma, a necessidade de recorrer à história e desenvolvimento da cidade do Porto, prende-se essencialmente com a necessidade de compreender a evolução do lugar e as condicionantes que interferiram na concepção de uma obra, as suas modificações face à evolução da cidade, bem como as suas contribuições para o futuro.

*“O Porto é uma cidade que se espreguiça até à Circunvalação, numa grandeza mais idealizada que uma real extensão. Uma estrutura que consolida o que herda, mas rasga o que lhe sobra em superfície como forma de prever, gerar, garantir acessibilidades numa urbanização arrastada, uma infra-estruturação algo elementar – espaço público, pavimentação, arborização, águas, saneamento, transportes. Um assentamento que sugere continuidade, mas é marcado pela descontinuidade de gestos de traçado, pela fragmentação da malha, pela escassez de tecido regular em extensão. Uma aglomeração que sugere uma ocupação de distribuição espaçada, periodizada, localizada pelo tempo da necessidade. Uma concentração espalhada pelo território, no terreno que sugere uma geografia de passagens, uma compactação à medida da iniciativa, do interesse nem sempre muito colectivo ou público.”*¹⁵

Segundo se constatou no capítulo anterior, a cidade é reflexo de uma fusão de vários acontecimentos, de várias intervenções contínuas ou descontínuas no seu tempo, que ao longo do seu desenvolvimento foram definindo a sua imagem e o seu ‘sentido de cidade’. A evolução da cidade do Porto é fruto do crescimento, de uma expansão assente em grandes eixos, tendo como principais precursores, a industrialização e as grandes iniciativas ao nível da habitação social

¹⁴ FERNANDES, Francisco Barata : *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Faup Publicações, 1999.

¹⁵ MENDES, Manuel, Revista História, Arquivo Histórico do Porto, Setembro 2001, p.39.

e económica. A sua consolidação partiu essencialmente de uma matriz radiocêntrica que se apoiava nas antigas estradas de saída da cidade, conduzindo a uma disposição radial da nova urbanidade cujo desenho constituiu um ponto de apoio fundamental a muitos projectos urbanísticos delineados para a cidade.

No século XVIII a cidade está ainda voltada para o seu interior, mas em meados do mesmo século rompe definitivamente os seus limites. A colocação das portas da muralha indicava já uma possível expansão radiocêntrica que permitiria o acesso às zonas rurais mais afastadas da cidade. A crescente sobrelotação e o forte desenvolvimento económico fruto da actividade mercantil e comercial da cidade e principalmente da produção e exportação do Vinho do Porto foram os principais motivos para uma determinante transformação urbana. “A opção por uma expansão assente em fortes eixos radiais, ou seja, nas antigas vias de saída da cidade para Matosinhos, Vila do Conde, Braga, Guimarães e Penafiel, deu origem a uma expansão urbana ancorada ao longo destas vias que serão essenciais para um parcelamento regular do edificado e para a comunicação destas antigas estradas de saída da cidade com as novas vias de circulação.”¹⁶

Ao longo dos tempos, a reestruturação urbana da cidade privilegia questões como a salubridade, a higiene e a adequação funcional dos espaços de circulação aos espaços edificados.

No início do século XX, apenas oito das doze freguesias que faziam parte do concelho do Porto, eram de cariz urbano. Foz, Lordelo, Paranhos e Campanhã eram ainda freguesias periféricas, marcadamente rurais, onde se notava a existência de grandes terrenos baldios, e apenas algumas construções pontuais.

Os arruamentos que, até finais do século XIX, eram estreitos e de difícil trânsito, começam a partir da primeira década do mesmo século, a revelar verdadeiras melhorias. Entretanto, a malha foi-se definindo e consolidando através de uma articulação entre sucessivas artérias secundárias que foram relacionando os novos limites da cidade, e as vias radiais primitivas.

“A estrada da Circunvalação definiu o seu perímetro seco em 1895, mas em 1898 parte da freguesia de Paranhos que a ultrapassa a N, e grande parte da freguesia de Campanhã (que a E penetra, para além dela, nitidamente na zona de Gondomar) foram definitivamente integradas na área urbana portuense. Com um perímetro de

¹⁶ GUNTHER, Anni; TAVARES, Rui in *Atlas histórico da ciudades europeas : Península Ibérica : Francia. Barcelona : Salvat, 1994- 1996, p. 132.*



28, 29. fotografias aéreas do quarteirão em estudo e envolvente, tiradas em 1939 e 2007, respectivamente.

33,2 km, a cidade do Porto ocupa uma área de 40,6 m2.”¹⁷

O limite da Circunvalação, que assinala uma das mais importantes intervenções do século XIX, possibilitou o atravessamento da cidade através de um novo anel que conecta os principais eixos radiais da cidade. O desenvolvimento urbano, de novos eixos e novos limites, a importante evolução que esteve relacionada com o desenvolvimento dos transportes, entre outros, permitiram um crescimento melhorado e moderno da cidade do Porto, “arrastando”, radialmente as localidades que hoje o representam.

Paranhos participou dessas mesmas modificações. O atravessamento da Circunvalação acarretou consigo medidas necessárias ao avanço das construções nesta parte da cidade. Apesar de antes já existirem, nesta altura, algumas artérias onde as lojas proliferavam, como a Rua de Costa Cabral, Álvaro de Castelões, Vale Formoso, São Dinis e Amial, a agricultura continuava a ser a actividade à qual a maioria dos habitantes da zona se dedicava. A actividade fabril também se começava a evidenciar.

Os planos urbanísticos, desenvolvidos durante o século XX, constituíram uma base essencial para o ordenamento deste crescimento e para a sucessiva consolidação de uma imagem da cidade. As relações de organização funcional dos programas entre locais de habitação, indústria, serviços e espaços de circulação anteviam a criação de composição unitária e integrada de todas as componentes da cidade.

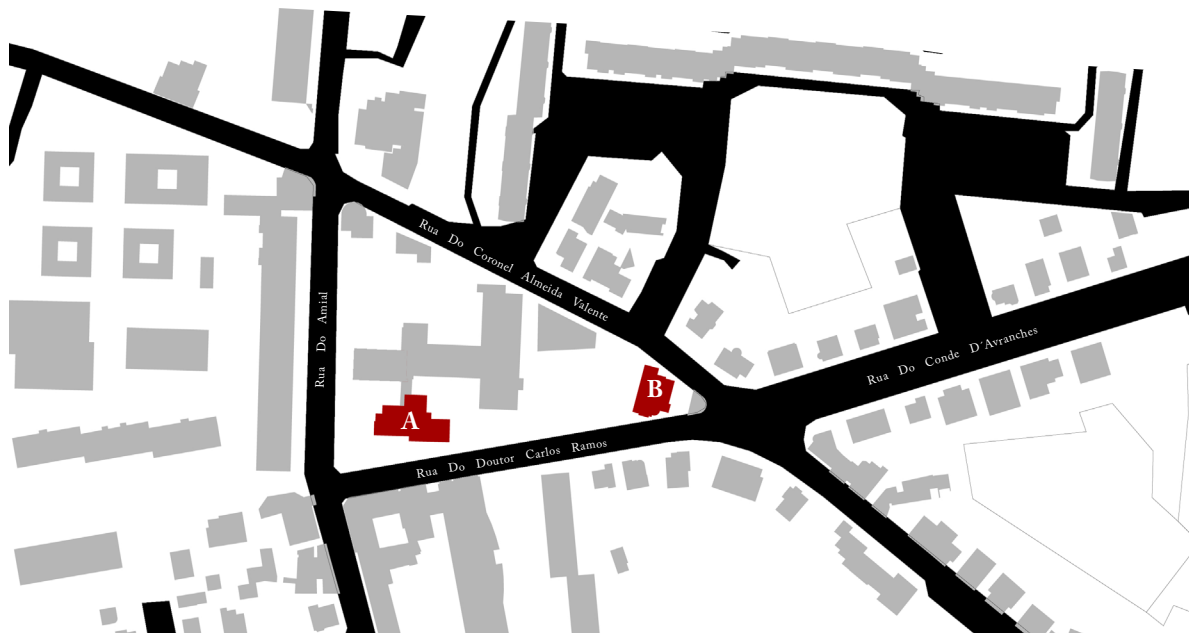
A precariedade na habitação face ao aumento da população constituiu também uma preocupação para a cidade, que assume um papel preponderante na resposta ao problema da habitação. Neste sentido, surgem as primeiras iniciativas de construção de bairros operários, a habitação plurifamiliar e as casas económicas. A freguesia de Paranhos foi altamente afectada por estas novas medidas em 3 zonas do Amial, onde surgiram, portanto, novos pólos habitacionais.

“Em síntese a paisagem portuense actualizou-se à escala da permanência instituída e convencionalizada como valor, à medida dos mecanismos de produção e distribuição, e dos recursos possíveis aplicados à normalização do espaço e dos comportamentos; à pressão -alargamento social, diversificação das acessibilidades e mobilidades dos repertórios residenciais, e à moralização do habitante; à

¹⁷ Anni Gunther e Rui Tavares, in OLIVEIRA, Vítor Araújo de : *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto*. Porto : FAUP, 2004, p. 144.

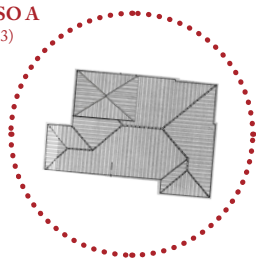


30. Planta da Evolução do Espaço Urbano do Porto; Eixos de Expansão da cidade, freguesias e marcação do terreno segundo os eixos principais da cidade.

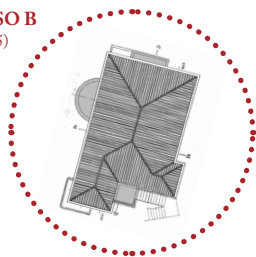


31. Planta de localização do quarteirão analisado; distinção de elementos em estudo.

CASO A
(1923)



CASO B
(1935)



dimensão das pautas e condutas habitacionais e domesticação da vida social(...) a casa unifamiliar isolada serviu quase exclusivamente à consolidação - consagração de bolsas - bairros da elite portuense.”¹⁸

O terreno que estudamos está bem delineado e é na sua maior parte delimitado por fortes estruturas urbanas correspondentes de entrada e saída da cidade com direcções a Braga e Vila do Conde. A Norte, pela Circunvalação e a Sul pela mais recente via principal – a Via de Cintura Interna. Nos tempos que correm, a rua do Amial, âncora do terreno, é uma rua de grande movimento viário, já que liga as duas mais importantes vias rápidas de contorno da cidade do Porto.

A localização, é portanto, central, e não se tratando do centro histórico, tem acessos rápidos em todas as direcções. Ao mesmo tempo, é uma área afastada dos focos centralizadores da cidade. Ou seja, mantém ao mesmo tempo, características centralizadoras e periféricas na cidade.

a.2. HISTÓRIA E HISTÓRIA DAS FORMAS

Para o nosso “levantamento” convém lembrar os nossos métodos de trabalho e reconstruir os nossos passos:

- a casa - a visita ao local, onde se teve o primeiro contacto com o objecto de estudo.
- a câmara municipal e o arquivo histórico do Porto - locais essenciais para o desenvolvimento deste “início” de abordagem do local. Foi necessário realizar requerimentos, legislação a que está imposta toda a aquisição de informação sobre projectos e intervenções anteriores. Este passo permitiu dar um grande salto e confirmar ou anular algumas análises que já havíamos feito no local.
- a pesquisa autónoma bibliográfica, muitas vezes sem grande utilidade, veio depois a ter uso na elaboração e sustentação de factos presentes na elaboração do projecto.

Todas estas diligências foram férteis de desenhos e de experiência para um futuro que se adivinha exigente de descobertas de fontes aliadas e outros menos prestá-

¹⁸ OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O espaço urbano do Porto : condições naturais e desenvolvimento*, Porto : Afrontamento, 2007, p.17.

veis.

A “Casa de Nossa Senhora dos Anjos” ou “Casa Provincial” da comunidade portuguesa das irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (F.M.N.S), localiza-se no número 50, da Rua do Doutor Carlos Ramos da freguesia de Paranhos do Porto, mais concretamente no Amial.

Tendo, como já vimos, uma localização privilegiada, quer na freguesia, quer na cidade em geral, o quarteirão onde está situado o edifício, que pertencia inicialmente a um comerciante chamado Augusto de Castro, era apenas um terreno baldio numa zona periférica da cidade, dedicado à produção agrícola e à industrialização.

A primeira intervenção conhecida, ocorre em 1923. Constrói-se um prédio de habitação unifamiliar, no lado sudeste do troço, virado para a Rua do Amial. 19

O edifício não era apenas destinada à habitação. Seria também local de comercialização e produção de vinhos. Como escreve Amândio Duarte Pinto, engenheiro responsável, na sua memória descritiva, seria uma casa cujo estilo arquitectónico obedeceria ao chamado “tradicionalista” ou “Antiga Portuguesa”. 20

A segunda intervenção que se conhece, de 1935, foi coordenada e concebida pelo mesmo engenheiro. No entanto, apesar de grandes semelhanças a nível do projecto, denota-se um estilo arquitectónico diferente do usado no edifício anterior e vizinho.

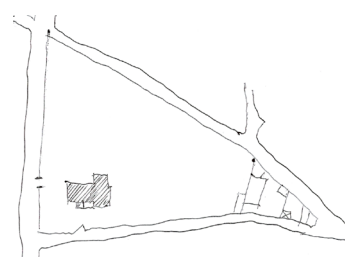
O requerente da obra foi, desta vez, Francisco de Paula e Ferreira, herdeiro do terreno e da casa de Augusto de Castro.

Francisco de Paula Ferreira, era mesário na Ordem do Carmo. Nunca teve filhos descendentes e apenas vivia com a mulher. Por isso, é um benemérito, dedicado à religião e benfeitor das ordens religiosas. Segundo as freiras que habitam hoje no local, preferiu uma casa mais à sua escala. Assim, manda fazer uma casa à sua imagem no lado oposto do terreno vendendo, o casarão às irmãs Franciscanas a preço simbólico, um ano após a licença da nova habitação. 21

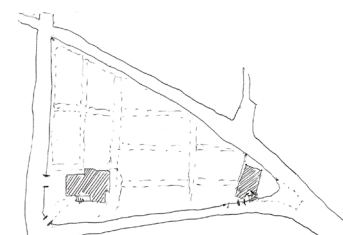
O terreno que, até esta altura, possuía um só dono, passa agora a ter dois - de um lado as irmãs franciscanas, do outro Francisco de Paula Ferreira. Ao adquirirem o casarão, as freiras vão estabelecer aí a sede do colégio Luso-



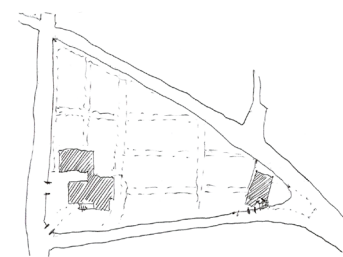
1892_Planta Telles Ferreira



1923_1ª intervenção



1935_2ª intervenção

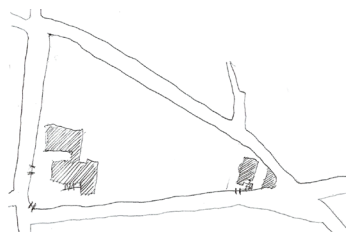


1936_3ª intervenção + aquisição casa

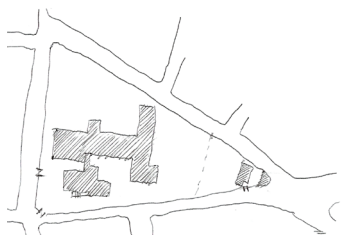
19 [D-CMP/9 (371); processo nº 332/1923 , f.164-172]

20 [D-CMP/9 (371); processo nº 332/1923 , f.165v]

21 [D-CMP/9 (757); processo nº 1712/1935, f. 67-80]



1939_Fotografia aérea de 1939



1950_4ª intervenção



1965_5ª intervenção



1980_6ª intervenção + aumento da casa



2010_7ª intervenção

-Francês. Este, por sua vez, vai começar a funcionar na casa, mas, rapidamente, vai crescer até atingir a configuração que hoje conhecemos.

No mesmo ano da aquisição do casarão e, novamente, recorrendo ao mesmo engenheiro será construído um pavilhão. 22 De seguida, o edifício principal é ampliado, mas sempre respeitando o casarão que iniciou todo o processo/desenvolvimento. Mais tarde, seria construída uma pequena habitação a norte do terreno, destinada ao padre capelão do Colégio.

O quarteirão só será, na sua totalidade, património das irmãs franciscanas missionárias de Nossa Senhora, a partir de 1979, data em que adquirem a casa onde habitava, até aí, Francisco de Paula Ferreira.

O terreno passa novamente a ser de proprietário único, no entanto, a divisão entre, o equipamento e a habitação não deixaria de existir com a posse das irmãs no local. Elas passarão a usar a casa de Paula Ferreira como sede de provincial.

Em 1980, no sentido de dar condições de habitabilidade a uma comunidade, procedeu-se à primeira intervenção de adaptação da casa. Tinha sido projectada como habitação de uma só pessoa e não era suficiente para uma comunidade. Recorreu-se à experiência do Eng. José da Costa e Sousa para a elaboração do projecto. 23 No entanto o tempo e o uso que sem desfazer desgastaram a casa, levaram a que, em 2010, a ordem religiosa recorresse aos serviços de um atelier de arquitectura para nova reformulação do espaço e adaptação às condições e exigências actuais e vida quotidiana em comunidade.

a.3. A CONSTRUÇÃO DE 1935 *vs* 1923

Na cidade do Porto, os edifícios isolados duma época, e com uma concepção modernista, surgiram, como elementos de cariz formal, influenciados pelos modelos alemão e italiano, com uma versão tardia da cidade - jardim, numa ambiguidade entre a ruralidade prevalecente e a inovação tipológica da moradia isolada ou geminada.

De formas geométricas, simplicidade nos materiais, a ausência de orna-

22 [D-CMP/9 (816); processo nº 1239/1936 , f.257-259]

23 [D-CMP/9 (757); processo nº 293/1980, f. 1-21]

mento e com a necessidade de incorporar a 'máquina' como forma de estabelecer ligação com as novidades dos processos técnicos, as habitações da burguesia moderna não eram mais do que uma tentativa e experiência para revolucionar as condições do habitar, negando o modelo da casa tradicional. As próprias denominações destas duas fases da arquitectura portuguesa, modernista e iluminista, referem um desejo de ruptura, liberdade, novidade, capaz de imprimir à arquitectura um tempo novo com um carácter novo.

Houve, no entanto, um esforço em criar regras de planeamento para que estes edifícios de habitação não surgissem como objectos isolados, desligados do contexto urbano, mas antes, como elementos participantes de um cenário conjunto. "Impuseram-se volumetrias, número de pisos, distâncias entre edificações e dos arruamentos e o tipo de casa a edificar" 24, mas tudo sem estar antes estipulado um desenho específico do edifício.

Segundo Sérgio Fernandez, a base desta habitação apoia-se nas primeiras tentativas de introdução da modernidade em Portugal. A exactidão da época em que foi elaborada, e o autor da obra, bem como a presença de características comuns a outras obras da mesma altura, deram-nos algumas pistas para, com alguma aproximação, incorporarmos esta obra no grupo da arquitectura dita "dos engenheiros" [Sérgio Fernandez] As mesmas que nos permitiram tirar conclusões de algumas atitudes e intenções projectuais com alguma certeza.

No fim do século XIX e inícios do século XX, o arquitecto desenhava quase exclusivamente edifícios tradicionais - a fachada dos edifícios, então o mais valorizado, era criada com intenção cenográfica, plena de adorno, enquanto o espaço interior era desvalorizado. O arquitecto não dominava as novas técnicas estruturais e não conhecia as mais valias dos novos materiais que, nesta altura já eram utilizados em toda a Europa e testemunhavam grandes exemplos.

A profissão do arquitecto começava a ficar distanciada da realidade social. A entrada da modernidade em Portugal, trouxe consigo os seus ideais de 'forma segue função', cabendo agora aos engenheiros, os verdadeiros "conhecedores das novas técnicas de construção", a produção desta nova arquitectura. 25

Apesar do grande crescimento da classe operária nas cidades, da sobre-



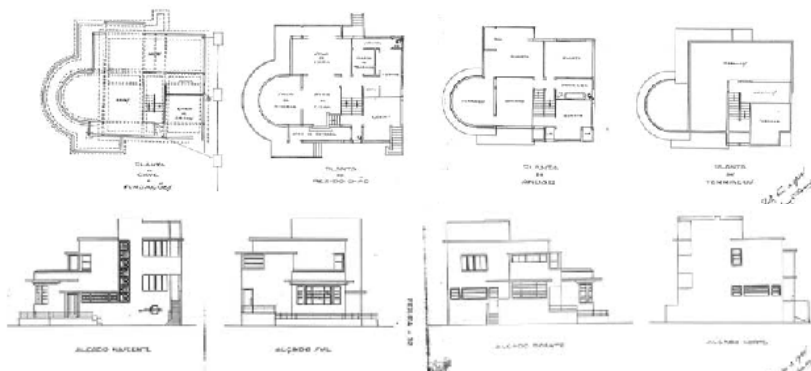
32, 33, 34. fotografias de exemplos de arquitectura moderna na cidade do Porto. (Avenida Marechal Gomes da Costa e Rua do Amial)

o autor
(engenheiro vs arquitecto)

35. assinatura do autor do primeiro projecto (engenheiro Amândio Duarte Pinto)

24 TREVISAN, in Prova Final de Filipe Araújo, FAUP, 2009, p.29

25 FERNANDEZ, Sérgio : *Percursos: A Arquitectura Portuguesa: 1930-1974.*, 2a Ed., Porto, Faup Publicações, 1988, p.12



36. projecto para habitação unifamiliar, 1932; Rua da Igreja de cedofeita, nº52 e 60, Porto.
autor : eng. Antão de Almeida Garret.

* trocaram-se “engenheiros pelos habilitados e os arquitectos por improvisados mestres d’obras, sem proveito para ninguém e por um motivo de economia que quasi sempre resulta em prejuizo.”

lotação dos pátios, ilhas e barracas, e a conseqüente necessidade de grandes números de construção de prédios de habitação para alojamento, ela ocorreu, muitas vezes, sem a intervenção dos arquitectos. “Foi-se definindo um conflito entre duas profissões ligadas à construção: arquitectos e engenheiros descobriam que o campo artístico e o campo técnico deixavam de se identificar, esses campos eram agora contraditórios, pois as necessidades de novas funções e espaços urbanos eram cada vez mais da competência do «homem do cálculo», fugindo ao entendimento e ao domínio do «arquitecto -artista»; mas, se àquele faltava naturalmente uma preparação estética, para este essa preparação era agora manifestamente insuficiente, sendo o seu trabalho muitas vezes relegado apenas para o tratamento das fachadas.”*26



37. projecto para habitação unifamiliar, 1934.
Rua de Guerra junqueiro, nº525-544B, Porto.
autor : eng. Jorge Manuel Viana

“(…) ecléticos por formação ligados ao clima de exaltação nacionalista e interessados na modernidade, produzirão em paralelo obras que se podem filiar nas raízes históricas evocadas na ‘casa portuguesa’ e obras que adoptam diversos figurinos importados, como o futurismo, o expressionismo ou o racionalismo.” 27

O Decreto-Lei 73/73 de 1973, que no seu preâmbulo se afirma como provisório, procurou entre outras coisas colmatar precisamente a existência de poucos arquitectos, permitindo a não arquitectos a assinatura de projectos de arquitectura. Não havia qualquer reconhecimento de que a prática profissional da arquitectura tem uma especificidade para a qual é necessária uma formação

26 FERNANDES, José Manuel : *Arquitectura modernista em Portugal, 1890-1940*; Lisboa : Gravida, 1993, p. 9.

27 FERNANDEZ, Sérgio : *Percurso - A Arquitectura Portuguesa: 1930-1974*, Porto, Faup Publicações, 1988, p.13.

própria, e qualquer um poderia, se quisesse exercer arquitectura.

Não é de estranhar, portanto, que a obra em estudo revele um engenheiro como autor. Amândio Duarte Pinto foi um nome *discreto* da arquitectura tradicionalista e moderna dos anos de 1920 a 40, em Portugal. Porém, foi um nome que deixou marcas nas zonas mais significativas da época, da cidade do Porto.

A sua obra, fruto de constantes e variadas transformações durante cerca de um século, torna-se difícil de distinguir sem o apoio de material do arquivo histórico municipal do Porto. Mas, depois de analisada, reconhecemos uma identidade própria de fazer arquitectura.

Além de autor das telas primárias da casa que nos propusemos estudar, teve, variadíssimas encomendas, umas no próprio terreno de intervenção, outras espalhadas pela totalidade da cidade. Trabalhou, ocasionalmente, como “técnico auxiliar”, com arquitectos de referência, nomeadamente com Arménio Losa, Aucíndio Ferreira dos Santos e Rogério de Azevedo. No entanto, operou, na maioria das vezes, como autor principal e único, nas mais nobres e características ruas da cidade, desde a Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Av. Da Boavista, à rua de Sta. Catarina, e a rua de Passos Manuel, entre outras.

Foram contabilizadas cerca de 130 obras, no arquivo, em que se apresenta como “técnico da obra” principal e onde a sua fase de maior produção rondou entre 1920 e 1940. Desta fase, registam-se construções de raiz de prédios, barracões, *devantures*, quiosques, ampliações, alterações de todo o tipo, fachadas, de elementos simples ou mesmo estruturais, entre outros, respeitando sempre ao estilo da época.

No quarteirão que vimos analisando, reconhecem-se, como referimos no ponto anterior, duas construções do autor referido, de concepção e época distintas, embora muito próximas. O casarão de 1923 (que doravante designaremos de caso A), segue um aspecto muito tradicionalista, e a casa de 1935 (caso B), hoje apelidada de casa de Nossa Senhora dos Anjos, adopta por sua vez um sentido distinto, mais funcional e simplista, um moderno adaptado à cultura e realidade portuguesas.**

Para não nos afastarmos do caso concreto que nos propusemos tratar, consideramos, o primeiro edifício apenas como elemento de comparação, sendo o segundo, o nosso caso central de observação.

**** modernismo português no panorama internacional.**

Em Portugal, o processo de evolução da arquitectura, ao longo do séc. XX, revelou-se um ‘caso especial’ no panorama europeu e internacional. Num país atrasado e sem operários, e inicialmente preso aos padrões dos anos oitocentos, a arquitectura portuguesa procurou tardiamente uma actualização e abertura modernista - resultado do conflito, não resolvido, do romantismo português, que se prolongará pelo séc. XX. A construção de uma arquitectura portuguesa que fosse, simultaneamente, o reflexo do desejo de progresso e desenvolvimento, necessariamente referidos aos modelos europeus, e de uma arquitectura nacional liberta de sujeições a movimentos exteriores. No entanto, em meados do século, a cultura nacional afirma uma qualidade e diversidade de opções, de modelos e de linguagem que gradualmente a colocaram num plano marcante, da arquitectura ocidental.

[referência José Manuel Fernandes em *Arquitectos do séc. XX : Da tradição à modernidade*, p. 5 e Sérgio Fernandez em *Percurso - a Arquitectura Portuguesa: 1930-1974*, p. 11]

organização formal
e planimétrica

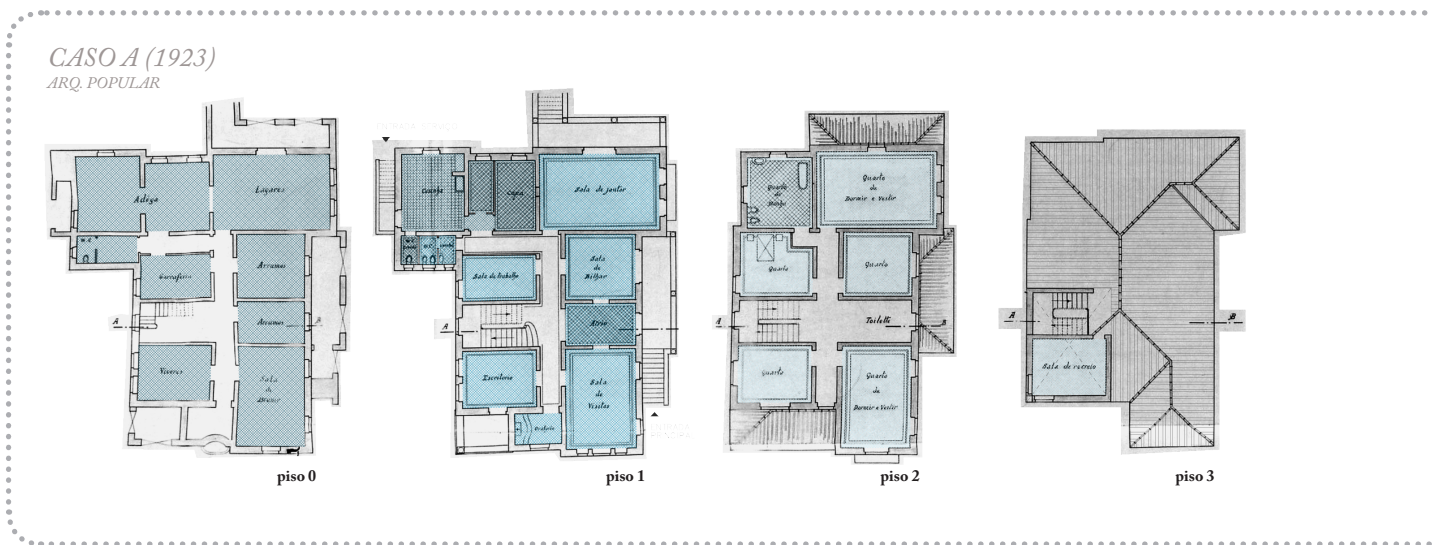
Numa primeira análise, em planta, os dois edifícios parecem, à primeira vista, obedecer a uma mesma composição e distribuição muito simples. Ambos são exemplos de edifícios isolados, destinados a habitação unifamiliar burguesa, sendo que, o primeiro possui três pisos e o segundo, apenas dois pisos.

Nota-se a intenção de criar acessos independentes, para diferentes fins. No caso B, existe um acesso, a nascente, destinado aos criados, mais discreto, escondido pela escadaria que vai direccionar à entrada principal. A mesma escadaria vai servir de âncora à habitação. Isto é, a habitação encontra-se livremente disposta no terreno. A escadaria exterior é o elemento que a contextualiza, ao acompanhar a direcção dada pela rua do Coronel Almeida Valente. No caso A, esta situação aparece mais dispersa, mas nem por isso menos enunciada. Os acessos são todos eles feitos através de escadarias, que se distinguem pela sua dimensão e tratamento formal.

Existe, nos dois casos, um corredor longitudinal que atravessa a totalidade da construção e no qual, os acessos aos variados espaços se sucedem um após o outro. O posicionamento da caixa de escadas, é um elemento central. Este eixo estabelece a ligação entre a entrada principal da habitação e o acesso ao logradouro. Estes dois elementos distribuidores, ajudam, também, numa clara separação entre zonas nobres e zonas de serviço.

A distinção de zonas é uma característica típica na maioria das habitações portuguesas pré-modernistas (caso B). De influência ainda tradicional (caso A), denota-se uma necessidade de organizar as zonas segundo uma regra de local/função, de forma a facilitar a dinâmica dos utilizadores que participam em determinada actividade. Isto é, referenciamos a classificação dos diferentes espaços em domínios definidos pelo grau de privacidade que cada um dos habitantes e/ou visitantes, apresenta, segundo três sectores: os serviços, o social e o privado, aos quais correspondem distintas actividades. O primeiro ligado aos espaços dedicados aos trabalhos especializados, arrumação ou manutenção (cozinha, despensa, sala da costura, aquecimento, arrumos, quarto das criadas e garrafeira). O segundo, à acção de estar e receber (sala de visitas, escritório). O terceiro, às áreas de repouso, higiene ou estudo íntimos (quartos, instalações sanitárias). Entre estes três domínios aparecem espaços de transição, ou de indefinição da privacidade, de carácter semipúblico como a copa ou outras dependências de serviço.

Mas esta distinção, não é apenas marcada pela diferenciação de pisos, mas também pelo tratamento interior dos espaços, e da discriminação de acessos



no interior da habitação. Nota-se uma preocupação mais enriquecida e cuidada das formas e elementos que constituem os espaços principais, em comparação com os elementos menos trabalhados e menos nobres das zonas de serviço.

Contrariamente ao caso A, a casa que nos propusemos estudar não tem três pisos, fragilizando a distinção das três categorias. O corredor do piso superior assume os dois papéis, de privado e social, e apresenta-se dividido em duas zonas. Do lado sudeste situa-se o privado, o lado poente destina-se ao social, e ao fundo, organiza ainda, uma pequena zona de serviços de apoio à sala de jantar.

A cozinha, situa-se invariavelmente no rés-do-chão, como na maioria das habitações unifamiliares da época, e voltada para o logradouro, escondida do espaço público. A mesma comunica com a copa e faz chegar a comida à zona de refeição, através de um elevador. No caso A, este elemento é dispensável. Quando a distinção destes dois espaços consegue ser feita no mesmo piso, não necessita de estar forçosamente em pisos diferentes.

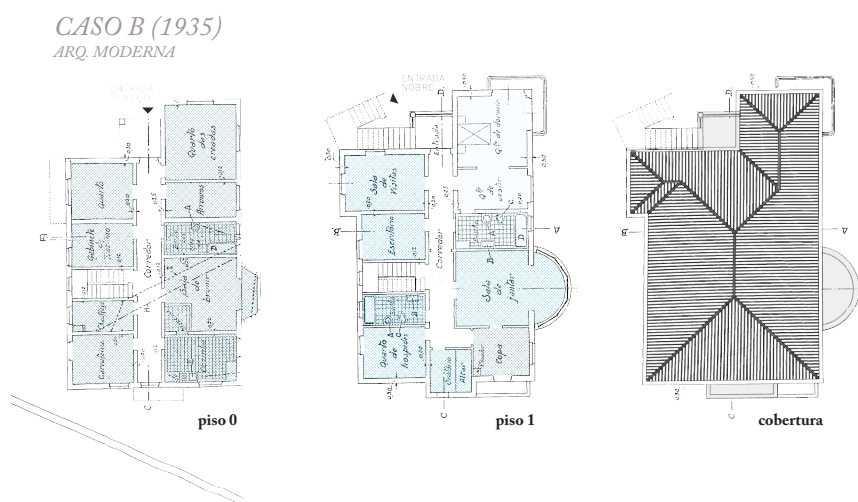
As instalações sanitárias, que eram, nas construções oitocentistas, um corpo minúsculo, agregado à fachada do logradouro, com acesso pelas varandas, passarão a estar integradas na construção. Nesta altura, começamos também a notar algumas diferenças conceptuais deste espaço, numa habitação.

Reparamos que, no caso B, existem três instalações sanitárias, destinadas individualmente aos três tipos de utilizadores, com iguais, senão semelhantes, áreas. Uma, situada na zona de serviços, destina-se à criadagem. As restantes duas, no piso superior, são para uso social e privado, sendo que uma delas, possui

38. identificação e distinção de zonas sobre as plantas de origem da construção de 1923 e 1935, do mesmo autor.

legenda:

- zonas de serviço
- zonas sociais
- zonas privadas



dupla comunicação, permitindo o uso privado ou social. Esta última, estabelece ligação quer com o espaço de circulação, quer com o quarto principal, flexibilizando e facilitando a sua utilização. Basicamente, o que hoje designamos por suite, começava a ser explorado nesta altura. O caso A, contrariamente a este, apresenta apenas um banho, de grandes dimensões por ser elemento único, mas proporcionada ao uso geral da casa. Existem, além deste, algumas dependências sanitárias, integradas, no piso inferior, nas zonas de serviço ou associadas a estas, para uso mais frequente.

Começava-se a perceber uma preocupação, por parte do arquitecto moderno, em criar hábitos de distribuição que permitissem que a zona privada não necessitasse de comunicar com as zonas sociais para aceder aos diferentes espaços. Além disso, se antes estes espaços eram demasiado pequenos, agora parecem ser excessivamente grandes.

Outro sinal de transformação moderna consagra-se na duplicação de espaços na mesma divisão. A zona sanitária, no caso A, é separada da zona de lavatório, no Piso 1. Tal facto, surge para facilitar a vida familiar. Sendo que, esta habitação, possui áreas superiores às do caso B, e surge com menor número de espaços sanitários, à uma necessidade de subdividir o espaço segundo as diferentes funções. Esta organização permitia economizar o espaço, facilitando a utilização simultânea dos diferentes espaços, pelos vários habitantes.

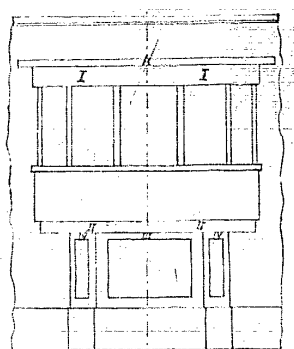
Nas declarações de responsabilidade e de segurança, constam peças desenhadas e escritas sobre os materiais e técnicas construtivas a utilizar nas edificações. São um produto do entendimento entre o dono da obra e o projectista, e revelam deste, a experiência e conhecimento quer dos materiais, quer dos seus comportamentos no seu tempo.

Nota-se a continuação, de um caso para o outro, do uso da madeira quer para vigamentos de sustentação dos pisos, quer para as armações do telhado, embora os tipos de madeira não serem idênticos. Os telhados são de telha 'marselha', de fabrico nacional, porque têm a vantagem de não precisar de argamassa para se ligar, o que permitia criar telhados mais leves.

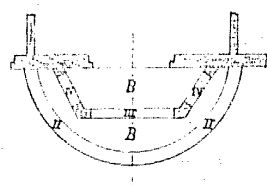
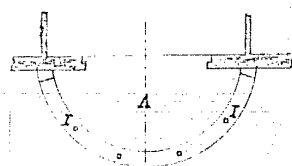
Com o conhecimento da tecnologia do betão armado começa-se a introduzir este material como suporte estático nos edifícios de habitação. Amplamente usado nos edifícios de habitação colectiva, na habitação unifamiliar, possibilitou concentrar os elementos de resistência estática em pontos. A sua utilização deveu-se mais ao arrojo do projectista e do engenheiro que o acompanha, mas também à condição financeira do proprietário, pelo que não é estranho constatar que esta técnica tenha sido usada na maior parte das habitações das bolsas residenciais burguesas como nas Avenidas de Guerra Junqueiro, de Marechal Gomes da Costa ou dos Combatentes.

As paredes interiores puderam tornar-se mais finas, e dispor-se livremente, sem necessitarem que as mesmas se aprumassem com as paredes dos pisos superiores. Esta inovação, permitiu reduzir o número de paredes divisórias, favorecendo a continuidade espacial. Le Corbusier foi pioneiro na arte de criar espaços contínuos, anulando as paredes e assentando as lajes sobre pilotis, e conseguindo de forma eficaz esta ideia de continuidade espacial. Mies Van der Rohe, Adolf Loss, entre outros exemplos internacionais também. Contudo, os arquitectos portugueses e/ou engenheiros, como Rogério de Azevedo, Arménio Losa, Januário Godinho, Cassiano Branco, Keil do Amaral, Raul Lino, entre outros, não adoptaram esta concepção. Não só pela limitação económica nacional, mas também, pelo atraso da entrada dos novos meios e técnicas construtivas em Portugal. Nota-se, claramente, um esforço em criar uma fluidez espacial, no entanto, o espaço continua a ser bastante compartimentado.

Como consequência, aparecem muitas vezes, situações mistas de vigas e lajes de betão armado mas ainda com paredes de alvenaria em perpianho, ou então, já com uma estrutura portante de betão e paredes de alvenaria em tijolo ou



PLANTAS



39. desenho técnico estrutural da *bow-window* (caso B).

em bloco de cimento.

“(...) alvenaria de perpeanho, devidamente assentes em fundações, com espessuras que variam entre os 50 a 80 cm, dependendo se constituíam paredes exteriores, laterais/meação ou interiores. Permanece também a construção de paredes em tabique quer para o interior quer para o exterior, sobretudo nas águas-furtadas ou paredes divisórias interiores.” 28

“Toda a construção, assentará em alicerce, formados por largos sapatões, bem argamassados e asfaltados no sobreleito. As paredes serão de pilares e juntouros bem travadas, com a espessura de 0,50 m, sendo convenientemente argamassadas, rebocadas e asfaltadas ou revestidas com vidrecto impermeável.” 29

A cobertura plana, no Porto, é uma inovação construtiva só possível com a vulgarização do betão armado e das novas tecnologias de impermeabilização, e deste período conhecem-se poucos exemplos, possivelmente determinado pelo pouco domínio deste material pelos construtores.

Com efeito, o caso B, segue ainda a mesma tradição construtiva dos modelos anteriores (caso A) no que se refere à cobertura. Inclinada, de asnas e vigas em madeira e telha Marselha, notando-se, contudo, um esforço de a ocultar com o uso da platibanda. Observa-se uma primeira tentativa, tímida, de introdução de novos materiais na construção. Alguns elementos de betão armado aparecem na zona da *bow-window*, quer no piso inferior (sala de brumir), quer no superior (sala de jantar), no pequeno avanço do oratório e ainda a zona coberta da entrada nobre. Estes elementos que aparentam ser elementos soltos, são parte integrante da composição, mas a opção estrutural permitiu libertá-los do resto da composição. Surgem não só como amplificadores do espaço, caracterizando-os, mas também, para introduzir dinâmica nas fachadas.

A presença da *bow-window*, demonstra-nos que a casa B, se pretende aproximar de um aspecto moderno. Frequentes na habitação portuense desta época, aparecem, na maioria das vezes, ligados aos espaços sociais, alargando o olhar do utilizador para o exterior.

28 [D-CMP/9 (371); processo nº 332/1923 , f.165]

29 [D-CMP/9 (371); processo nº 332/1923 , f.165]



40. registos de vários exemplos de vãos da cidade do Porto, numa época moderna.

elementos formais

Não é apenas no elemento semi-circular da *bow-window*, que se nota a introdução da linha curva na arquitectura. Também a diagonal surge com frequência. No caso B, estes elementos são perceptíveis em algumas situações:

- a escadaria principal, que se assume pela sua planta poligonal, acompanhando dois alinhamentos distintos;
- a varanda do quarto principal, que numa necessidade de atenuar a mudança de direcção, arredonda os seus vértices;
- a *bow-window*, que quase só por si, denuncia a necessidade do uso destes pequenos gestos como meio para se evidenciar (no piso inferior, pela diagonal, e no piso superior, pela curva).

A memória descritiva não faz referência aos materiais utilizados no exterior, no entanto, estes podem variar de autor para autor. Dominam os planos em reboco e o uso de granito para a ou as fachadas principais, as cantarias em pedra ou molduras em argamassa tal como o embasamento alterna entre um e o outro material rebocado e pintado. O azulejo na fachada também aparece pontualmente, mantendo sempre uma unidade e o aspecto do resto da composição.

Nos dois casos em comparação, identificam-se dois tipos distintos de acabamentos. O primeiro parece tratar-se de reboco; o segundo, o azulejo, aparece pontualmente, como elemento de distinção, entorno das caixilharias, de forma a caracterizar e diferenciar exteriormente os diferentes espaços, segundo o seu grau de importância.

vãos exteriores

Quando percorremos a cidade, a observação dos exemplos modernos denuncia uma clara evolução da morfologia das aberturas nas fachadas, ao longo da primeira metade do século XX. Identificamos, grosso modo, quatro tipos de vãos:

- a forma rectangular de pequena proporção, ao alto, decorrente da casa burguesa e popular portuense, de origem neoclássica;
- a divisão da abertura em duas folhas idênticas ou em três partes desiguais, visíveis na sua maioria em construções pré-modernas. A divisão pode ser feita em múltiplas proporções e tamanhos, primeira-

mente, reservada às divisões mais importantes da habitação, e depois migrando para as restantes, de acordo com a ideia arquitectónica de composição da fachada. A introdução do betão armado permitiu encarar a forma da janela livre do sistema estrutural portante da fachada, permitindo aos arquitectos, abrir vãos mais amplos e com outra proporção.

- janelas verticais a toda a altura da fachada, utilizadas sobretudo, na iluminação e/ou ventilação das escadas do interior do edifício. Este tipo de vãos, tanto foi utilizado na habitação unifamiliar como na plurifamiliar, denunciando, no exterior, a localização das escadas.

- janela horizontal, assumidamente moderna. europeia regista poucos exemplos dignos de nota. Em alguns casos, um olhar atento revela que a divisão resultante da agregação de vãos já não é por motivos estruturais, mas por desenho e partições internas esbeltas. Encontram-se, tanto no colectivo, como na construção privada.

O caso concreto da habitação A , utiliza, claramente, a primeira e segunda tipologias de vãos. Existe uma variedade de formas e tratamentos. Entre estas, lê-se uma medida e esquema de funcionamento tipo- vão tipo com bandeira fixa e duas folhas de abrir. O caso B, dá seguimento a esta preferência mas de um modo mais simplificado e desadornado. Aqui aparecem duas excepções, uma dada pelo vão vertical, na zona da escadaria principal, e outra, pelo vão da *bow-window*, que apesar de manter o seu aspecto, subdividida pelos frisos, explora, como já referimos, as vantagens do betão, abrindo-se em todo o elemento.

Para a análise dos acabamentos interiores, revelou-se importante a leitura das memórias descritivas que apoiaram as peças desenhadas do autor e sustentaram o levantamento feito no local. A casa havia já sofrido, bastantes modificações até a data e o levantamento no local não era, por si só, instrumento esclarecedor na revelação dos materiais utilizados na intervenção primária.

Existe uma hierarquização de materiais nos diferentes pisos. As paredes da cozinha e dos quartos de banho, apresentam um lambril de azulejo com 1,50 m de altura. Nas restantes divisões, são rebocadas e pintadas. Os pavimentos al-

acabamentos interiores

ternam entre os soalhados – independentemente do piso ser em cimento ou sobre os vigamentos de madeira – e os de betonilha já são revestidos a mosaico, e correspondem às divisões com águas. As guarnições das portas e janelas normalmente são em madeira, variando, o tipo desta, conforme as possibilidades financeiras e desejos dos donos da obra.

“As paredes do prédio serão em perpeanho e as divisórias em tijolo. Os pavimentos dos quartos de banho e cozinha serão revestidos a mosaico e as respectivas paredes revestidas de azulejo até a altura de 1,50. Os restantes pavimentos no 1º andar serão soalhados e no réz-do-chão, em betonilha. Toda a caixilharia exterior será em madeira brasileira (Macacaúba) e a interior em pinho nacional. A cobertura será também em pinho e telha tipo “Marselha”. 30

Independentemente do material utilizado, o autor termina as memórias descritivas deixando claro que *“em toda a construção, que será dirigida por técnico da especialidade” 31, “todos os materiais a empregar na construção serão de primeira qualidade e tudo será executado com a maior solidez e perfeição” . 32*

a.4. AMPLIAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES POSTERIORES A 1935

“(…) procurava-se não só encontrar uma residência mais central e acessível a todas as irmãs da Congregação, mas também voltar a ter o ambiente necessário ao recolhimento exigido numa Casa Provincial, ambiente esse que se perdera, em parte, com a abertura do Externato de Santa Margarida, em Gondomar.” 33 [a propósito da transferência da Sede de Província do Convento de Gondomar para a Casa de Nossa Senhora dos Anjos, no Porto]

A ampliação de 1980 ocorreu pela necessidade de alojar uma comunidade religiosa numa casa familiar. A Comunidade das F.M.N.S. (Franciscanas Mis-

30 [D-CMP/9 (757); processo nº 1712/1935, f. 69v]

31 [D-CMP/9 (371); processo nº 332/1923 , f.165v]

32 [D-CMP/9 (757); processo nº 1712/1935, f. 69v]

33 <http://www.ppfimns.pt>, acedido a 10 de Maio de 2011.

sionárias de Nossa Senhora), tomou posse da casa de Francisco de Paula Ferreira em 1979 e precisou, portanto, de a ampliar. Para Francisco de Paula Ferreira que vivia sozinho, as áreas eram suficientes, para não dizermos excessivas.

No entanto, apercebemo-nos, pelo estudo das peças desenhadas e pela leitura da memória descritiva deste processo, confrontadas com a visita à casa que, através da análise interior e exterior dos acabamentos, terá havido uma ampliação anterior à 1980, mas que não terá sido apresentada à Câmara Municipal, visto não termos conseguido encontrar o processo com os desenhos para esta intervenção. Pareceu-nos que esta incidiu, em grande parte, no aumento a nível do piso inferior e na criação de uma cave. O piso superior terá permanecido similar ou igual, mantendo algumas das características da primeira intervenção.

Não temos informação se esta alteração terá sido feita já no tempo das freiras, ou ainda no do seu antigo morador. Terá sido o mesmo engenheiro projectista da primeira obra, também o responsável por esta ampliação? Ou terá Paula Ferreira recorrido, desta vez, à experiência de um arquitecto? Não se sabe. O que se denota é uma igual preocupação em manter a qualidade exigida da construção primitiva. De facto, a leitura unitária revela uma preocupação com a composição e identidade da casa. Podemos reparar em algumas dessas transformações, nomeadamente:

- a zona de acesso à entrada, exterior, é demolida. Abandona-se a diferenciação de acessos segundo os usos que consideramos na leitura do projecto original da casa, e consequentemente elimina sua escadaria de acesso, dando lugar a um só acesso ao interior na zona Sul;
- conservou-se a *bow-window* do piso superior e, no exterior assumiu-se como um elemento de excepção, ao receber um pequeno terraço na sua frente, sobre um aumento do piso térreo;
- a construção de uma garagem. Pelo uso da linha curva e pelo tratamento formal, associamo-la à mesma intervenção, mesmo sem podermos prova-lo. Nota-se, uma preocupação de a criar como continuação do muro de vedação, abrindo pequenos rasgos de luz nos compartimentos laterais, e desenvolvendo a zona de acesso a veículos na zona central, correspondente ao ponto de cruzamento das duas ruas que configuram os limites do terreno;

* **taquigrafia**

processo de escrever tão depressa como se fala por meio de caracteres convencionais especiais.

[referência <http://www.diariografico.com/htm/outrosautores/Corbusier/LeCorbusier.pdf>]

- a sala de jantar, e a cozinha mostram o uso de materiais de boa qualidade e um grande cuidado com os remates, diferenciação de materiais e tipos de ambiências. Repare-se que a sala de jantar, zona nobre, utiliza a madeira como lambril em todo o seu perímetro, até à altura de 1,50 m. Os tectos, têm frisos trabalhados nos quatro cantos da sala e no centro. Por sua vez, a cozinha e a copa, apresentam também lambrim à altura de 1,50 m mas em mármore. À mesma altura em que, por sua vez estão alinhados os armários superiores que, tal como os inferiores, são pintados de branco;

- a criação de uma escada de serviço, pensada para dar acesso directo ao terraço, a partir da zona de cozinha, copa e de acesso à cave. Este gesto corresponde a uma estratégia de percursos diferenciados: a escada de serviço, que aparenta ser uma continuação da cozinha, pela semelhança de acabamentos, e a escada principal, mais central;

- a utilização de elementos exteriores decorativos que, além de estruturais, dão ritmo e riqueza às fachadas, nomeadamente os pilares na fachada nascente que suportam o corpo avançado do piso superior;

- o uso de molduras, pintadas de branco e diferenciados da cor bege predominante. Esta situação alia-se à questão da janela horizontal, que não pertencia ao estilo anterior. Aqui, apesar de não existir um vão horizontal único, nota-se na fachada poente um enquadramento horizontal, dado pelo friso, e pela disposição dos caixilhos verticais. Há portanto, uma preocupação com o pré-existente, isto é, toda a construção usou janelas verticais e, o projectista conseguiu, a meu ver, criar uma harmonia entre os dois sistemas de vãos, o vertical e o horizontal;

- a cave, apesar se hoje se considerar um elemento secundário no tratamento espacial, aqui, foi igualmente pensada e tratada. O autor cria pequenos focos de luz, em tijolo de vidro, e circulares, no pavimento exterior, o que permitiu gerar um ambiente mais iluminado e agra-

dável na zona interior, escura da cave. Existe luz natural, filtrada, mas suficiente para iluminar o espaço. De um lado, pela luz disseminada do piso superior, pela abertura da escadaria, por outro, pelos focos de luz criados na laje. Talvez esta necessidade de dar iluminação a este novo espaço fosse a principal razão para a sua colocação desfasada face a toda a construção.

Outras transformações foram detectadas, no entanto, não parecem ter afectado a funcionalidade do edifício, apenas o seu aspecto estético. Provavelmente terá havido uma necessidade de adaptação ao estilo da nova época moderna. O autor não “fechou os olhos” à pré-existência, houve como reparamos, uma preocupação pela reutilização do pré-existente, no desenvolvimento de uma nova linguagem.

A ampliação de 1980, trouxe consigo novas transformações, que parecem não ter sido tão ricas.

Nos anos 80 já a modernidade estava mais que ultrapassada e o pós-modernismo instalado. Era uma época de escassez de arquitectos formados para a muita encomenda de construção e, como já foi referido no capítulo anterior, nasce o Decreto-Lei 73/73, alargando a oportunidade de autoria de projecto a outros profissionais não especializados. Talvez por este facto, não seja de estranhar que, em 1980, mais uma vez, tenha sido um engenheiro a responsabilizar-se pela nova alteração da Casa Provincial. Coube ao Engenheiro José da Costa e Sousa, “diplomado em engenharia pela Universidade do Porto, casado, de 46 anos de idade, morador na Av. Da Boavista, nº 3228, desta cidade (...)”³⁴

Segundo a memória descritiva, as alterações destinaram-se à execução de “obras nas traseiras do prédio”, a “novos pequenos compartimentos, a salas de estudo individuais para a irmãs que normalmente habitam ou estão de passagem pela casa mãe”³⁵, o que nos leva a entender, que à partida, o resto da casa não terá sofrido outro tipo de alterações, mais profundas.

A intervenção do engenheiro, na zona poente da casa, foi determinada pela vontade do cliente, não havendo no entanto, uma preocupação em manter a mesma lógica unificada, singular, da intervenção anterior. A visão de 1980 foi de

³⁴ [D-CMP/9 (757); processo nº 293/1980, f. 2]

³⁵ [D-CMP/9 (757); processo nº 293/1980, f. 3]

conservar os elementos primitivos interiorizando-os, não havendo, portanto, um cuidado de os contextualizar.

Na sua memória descritiva, o autor escreve: “*O terraço, tal como hoje se apresenta não tem qualquer função e por ele a humidade penetra nos compartimentos do piso inferior. Houve o cuidado de manter para os compartimentos actuais a ventilação e a luz directa, reservando-se por isso só a parte central a terraço coberto sem qualquer caixilharia.*”³⁶ Em contrapartida, na mesma memória descritiva surgem expressões como: “*dada a simplicidade da obra*” ou “*oportunamente ao Projecto*”, “*mantendo-se o actual pavimento*”, que nos indicam que a adaptação ao existente terá sido o mais rápida, casual e simples possível, o que não seria o sinónimo do mais funcional, estratégico e eficaz para o novo projecto.

Conclui-se, portanto, que esta intervenção foi mais um acrescento, mais uma adaptação funcional sem visão de conjunto, solicitada pelo dono da obra, pela necessidade de alargamento das áreas interiores, no entanto, tornou-se um exemplo de autêntica casuística pontual cujo resultado é uma sucessão de remendos e de acrescentos.

³⁶ [D-CMP/9 (757); processo nº 293/1980, f. 3]

b) O PAPEL DO ARQUITECTO

A revogação do Decreto-Lei 73/73 de 1973, que permitia não só os arquitectos, mas também os engenheiros civis, técnicos ou construtores civis diplomados assinarem projectos de arquitectura, pela publicação da nova Lei n.º 31/2009 de 2009, que contraria esta norma, enquadra, de uma vez por todas, a qualificação dos técnicos para a elaboração de projectos de arquitectura, de engenharia e de arquitectura paisagista, bem como para a direcção e fiscalização de obras públicas e privadas. Esta opção, deveu-se entre outros pontos ao excesso de profissionais que hoje existem diplomados em arquitectura face a procura de novos projectos. Na altura em que foi estabelecida a lei parcial de 1973 esta situação invertia-se. A encomenda era superior ao número de profissionais existentes no campo, daí que se tenha considerado que a única solução seria alargar a possibilidade de autoria de projectos aos engenheiros e mestres de construção. Para além disso, não havia qualquer reconhecimento de que a prática profissional da arquitectura tem uma especificidade para a qual é necessária uma formação própria, e qualquer um poderia, se quisesse exercer arquitectura.

Nos tempos que correm, não poderia ser novamente um engenheiro a realizar o novo projecto de arquitectura para a nova intervenção, e por isso, a instituição viu-se obrigada a entregar o projecto a um gabinete de Arquitectura.

Mas afinal, se esta especialização em arquitectura não fosse respeitada, para que seria necessário formar arquitectos? Se existe uma formação em arquitectura é porque esta nos dá um papel único e necessário, sensível à elaboração de um projecto. Torna-se importante, desta forma, lembrar a nossa formação na FAUP. Só assim se conseguirá entender em que sentido é que só o arquitecto tem a formação e conhecimento necessários para elaboração de um projecto de arquitectura.

O núcleo central do curso é a cadeira de projecto. Todas as outras matérias vão-se estruturando à volta desta disciplina, tendo em conta aspectos que englobam o urbanismo, as tecnologias e construção, a teoria e a história e a composição. Toda esta disposição programática assemelha-se muito à prática profissional. *“Sendo o ensino na FAUP baseado numa concepção eminentemente praticista da actividade do arquitecto, com a consequente tónica da ‘utilitas’ e da ‘firmitas’ no entendimento da própria Arquitectura (mais do que dos seus aspectos estéticos e de comunicação), sempre se verificou uma equiparação da prática pedagó-*

gica de Projecto ao acompanhamento dos trabalhos de estirador.”³⁷

A metodologia é assimilada no primeiro ano de faculdade e utilizada durante todo o curso. Trata-se de uma metodologia de prática de projecto, desenvolvido na sala de aula, acompanhado de um processo e um espírito crítico contínuos. O processo é necessário, bem como o desenho. O método projectual apoia-se na prática do desenho, que por sua vez é utilizado como instrumento de expressão e investigação; reconhecimento de um lugar, desenvolvimento do projecto e crítica. Durante todo o curso, o desenho foi instrumento essencial e constante para a visualização e compreensão da realidade. Le Corbusier também utilizava o desenho como meio de compreender o que observava. O *desenho taquigráfico* - como lhe chamava, por analogia à escrita taquigráfica* - era um desenho sintético e esquemático na maioria das vezes, do qual faziam parte plantas, cortes, perspectivas, axonometrias, esquemas e estudos e referências escritas. “O resultado era um modo conciso de ver a realidade que, de qualquer modo, era sempre subordinado aos desenhos, esboços e apontamentos escritos”³⁸

Em síntese, todo o trabalho na FAUP se desenvolve na sala, à imagem de um atelier. Isto é, as cadeiras e disciplinas consideradas à formação do arquitecto inserem-se na prática da arquitectura e autonomizam-se, simultaneamente, em função e em fundamentação daquela prática. Em contrapartida, durante toda a formação, o trabalho é desenvolvido no estirador. O estudante actua sozinho, e tem apenas algumas limitações impostas pelo docente, não existindo um contacto com o real. Segundo Nuno Portas, “(...) a escola é um local em que didáctica e investigação se confundem, ou por outras palavras, na qual a didáctica da arquitectura é criadora, responsabilizando-se não apenas em reflectir o melhor nível existente mas em acrescentar possibilidades ao futuro exercício da profissão.” Ou seja, o período escolar é somente um período de investigação para o bom desempenho da profissão. Como complemento, “o âmbito profissional possui um papel extremamente importante uma vez que absorve as dinâmicas sociais e culturais e as projecta sobre o campo do ensino (...)”

Em síntese, a formação de um arquitecto é direccionada num sentido distinto de planeamento de um projecto. Existe um processo crítico que acom-



42, 43. uma metodologia de projecto (1ª fase): a procura e prática individual.



44. uma metodologia de projecto (2ª fase): a crítica e discussão em grupo.

37 FERNANDES, Francisco Barata : *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa: as formas da casa na forma da cidade*, Faup Publicações, 1999, p.7.

38 GRESLERI, Giuliano : “Le Corbusier. Diário de Viagem e Arquitectura” in <http://www.diariografico.com/html/outrosautores/Corbusier/LeCorbusier.pdf>, p.1, acedido a 15 de Agosto de 2011.



45, 46, 47. uma metodologia de projecto (3ª fase): nova procura e desenvolvimento individual.

panha todo um processo, colocando consecutivamente questões de modo que estas sejam respondidas e justificadas face à realidade de cada situação projectual específica. Só assim, se torna um trabalho sustentado. Para que tal seja, existe uma abordagem, um estudo, uma procura da melhor solução para cada caso, e para que isso seja possível é necessário existir um trabalho em equipa.

Portanto “não se suponha ele [o arquitecto] o demiurgo, o único, o génio do espaço organizado – outros participam também na organização do espaço. Há que atendê-los e colaborar com eles na obra comum.”³⁹ O arquitecto é indispensável à elaboração de um projecto de arquitectura, competindo-lhe a primeira intervenção. Só após a sua primeira operação, entram as outras especialidades.

Para a projectação e concepção de um edifício, não só é oportuno, como necessário e irrenunciável, a colaboração entre vários especialistas de diferentes saberes. Mas, esta coexistência disciplinar só consegue triunfar se o trabalho de cada um for coordenado e moderado por uma pessoa – geralmente este papel cabe ao Arquitecto – conhecedor do seu próprio projecto. Este tem que ser capaz de, durante o processo projectual, estabelecer e conjugar os papeis e responsabilidades dos vários intervenientes.

E “nunca se dirá que o arquitecto não deve ser um especialista de nenhum ramo técnico, mas sim ter ideias gerais e conceitos mais claros do que os especialistas que com ele colaboram.”⁴⁰ Mas, “nós arquitectos, poderemos saber as composições correctas das argamassas a aplicar em determinadas circunstâncias, e não saber aplicá-las; poderemos definir coerentemente os princípios estruturais de determinada obra, e não os saber calcular matematicamente; poderemos manobrar conscientemente a carga simbólica dos artefactos e a sua capacidade de comunicação, sem ter lido uma única obra de semiótica.”⁴¹

A visão do arquitecto é portanto, uma visão estratégica, de totalidade e inserção urbana, uma necessária aliança de um todo com as suas partes, nunca perdendo em vista a justificação das suas acções. Pode não ser uma actividade científica mas é, indiscutivelmente exigente de operações lógicas, bem definidas, delineadas e argumentadas, pensada não só para a actualidade mas também para o futuro.

³⁹ TÁVORA, Fernando : *Da organização do espaço* , Porto : Faup Publicações, 1996, p. 74.

⁴⁰ Nervi, cit. em PORTAS, Nuno : *Arquitecturas - teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto : Faup Publicações, 2005, p. 359.

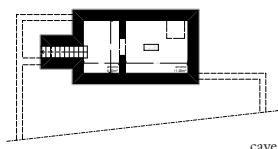
⁴¹ FERNANDES, Francisco Barata : *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Faup Publicações, 1999, p. 17.

Esta visão crítica e construtiva natural do arquitecto opõe-se à resposta de casuística evidente nas intervenções feitas no edifício durante cerca de 60 anos. Nota-se que em todas as intervenções anteriores houve uma resposta automática e prática, a pedido de um cliente, sem grandes preocupações de coerência programática, formal e estética.

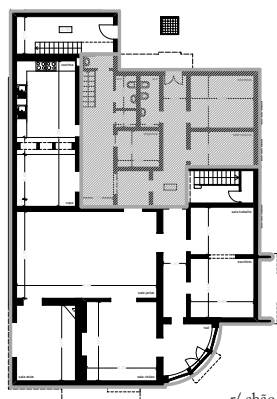
Sendo que, toda a intervenção na casa havia sido conduzida até então por engenheiros, era agora a vez de um arquitecto reorganizar o resultado de acrescentos e modificações pontuais, num processo projectual distinto: contemporâneo, unitário e programado, tendo em conta a sua função. Para o efeito, demolir parece ser inevitável. Paredes que deixam de existir para dar lugar a divisões mais amplas, o mesmo acontece, talvez de forma menos evidente, com a manutenção de alguns elementos cuja riqueza dificilmente se consegue repor – soalhos de madeira, estuques, entre outros. Nestas e noutras transformações, devemos reconhecer a predisposição natural para criar espaços adaptados às necessidades e ao gosto da nossa vida contemporânea. Quer isto dizer, que todas estas mudanças, devem ser encaradas como mais uma etapa de um processo em curso. Esta é talvez, apenas mais uma intervenção talhada ao nosso tempo. Amanhã outras intervenções poderão vir a ser feitas.

c) O PROJECTO

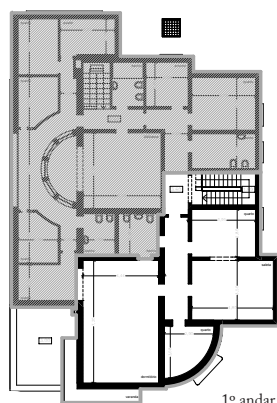
c.1. PRIMEIRA ABORDAGEM



cave



1º/ chão



1º andar

legenda :

- zona a modificar
- zona a conservar

48. distinção das zonas a modificar e das zonas a conservar sobre a planta de levantamento.

“Quando se começa [um projecto de arquitectura] , é quase sempre uma figura carismática que nos interessa de modo particular, e, conseqüentemente, nos influencia de maneira determinante.” 42

A primeira abordagem a um projecto, é quase que automática, senão ingénua, num processo inato e criativo que nos oferece uma forma ou ideia ou apenas uma imagem na nossa mente. Normalmente inicia-se “com ideias bizarras, do arco-da-velha, e o processo que a seguir decorre é difícil de explicar porque não é linear, mas sim contraditório.” 43 É uma ideia que faz o arranque, e que “manipulando a memória, (...) conscientemente mas na maioria das vezes subconscientemente” nos direcciona para uma proposta. “O conhecimento, a informação, o estudo dos arquitectos e da história da arquitectura tendem ou devem tender a ser assimilados, até se perderem no inconsciente ou no subconsciente de cada um.” 44

Neste caso específico, não funcionou assim. As limitações eram muitas, as dúvidas também, e o cliente era um enigma por descobrir. Não havendo modificações externas, torna-se complicado criar uma imagem. A imagem é a que conhecemos e é a ela que temos de nos tentar adaptar. A primeira abordagem ao projecto e ao terreno não foi portanto, uma tarefa comum. O processo foi muito idêntico ao habitual mas tudo era novidade.

Com efeito, o levantamento revelou-se essencial para, antes de qualquer intervenção, conhecer e analisar o local e o objecto. A propósito desta questão “aprender a *ver* é fundamental para um arquitecto”, salienta Álvaro Siza Vieira. O reconhecimento no local é instrumento imprescindível no desenvolvimento de qualquer projecto. Também numa reabilitação é indispensável analisar, não só o local mas as características do objecto que vai sofrer as alterações. O que se pode aproveitar; reconhecer as fragilidades, deficiências e as suas qualidades; reconhecer as patologias; conhecer e comunicar com o cliente e associar as necessidades

42 VIEIRA, Álvaro Siza : *Imaginar a evidência* / Álvaro Siza ; pref. Vittorio Gregotti. - Lisboa : Edições 70, 2000, p. 35.

43 Idem, p. 137.

44 Idem, p. 37.



49, 50, 51, 52, 53. levantamento fotográfico do local. Cruzamento Rua do Amial com a Rua do Doutor Carlos Ramos; Rua do Conde D'Avranches; Rua do Doutor Carlos Ramos; Rua Coronel Almeida Valente; panorâmica geral.

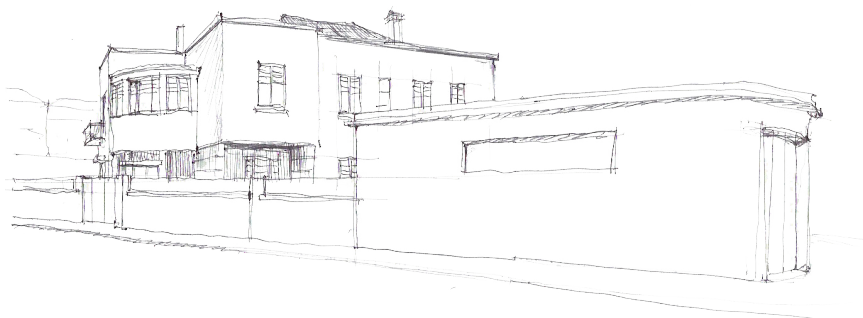


54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63. registos fotográficos do exterior da casa e do terreno.

deste com o novo projecto. Dado que a pesquisa ao edifício já tinha sido feita, uma parte pela minha curiosidade, outra pelo levantamento a pedido do gabinete, bastava agora explorar o projecto.

Sintetizando, existia uma necessidade: reorganizar integralmente uma moradia. Existia um local e um edifício: uma habitação na zona do Amial, já com algumas modificações. Existia um cliente: uma instituição religiosa de irmãs franciscanas. Com isto, existia um programa: beneficiar os espaços melhorando as condições de estadia para as irmãs residentes e possibilitar um alojamento para as visitantes. É pedida uma equipa de projectistas: Granja Arquitectos Associados, Lda., que já havia participado num dos projectos para o mesmo cliente. Existe uma condicionante imposta pelo cliente: que se criasse o máximo número de quartos, de preferência com quarto de banho incluso para um melhor conforto das irmãs. E depois existem condicionantes directas impostas pela Câmara Municipal do Porto. E podemos chamar de condicionantes indirectas aquelas que não estão presentes no início do processo, mas que vão surgindo ao longo dele.

c.2. CONTEXTO URBANO



64. desenho do edifício feito no local; caneta sobre papel.

Se observarmos a colocação do volume da casa no terreno, rapidamente conseguimos entender a sua importância na malha urbana local. O volume assume-se pelo cruzamento das duas redes viárias que configuram o terreno tal como ele é hoje, e o tornam neste marco isolado, exposto seja qual for o ponto de vista. A garagem, que surge como rótula, suaviza o encontro das duas vias e ajuda a reduzir a visibilidade da rua para o interior do terreno. Aproveita a largura desmesurada e excessiva do cruzamento para criar a entrada na curva dando alguma utilidade a esta zona morta.

Sendo duas vias de frente urbana análoga, desenvolve-se uma linha de sucessivas habitações modernas que cobrem o interior dos quarteirões e assinalam a imponência da casa em estudo. A Casa de Nossa Senhora dos Anjos surge aqui como um foco que, visualmente, remata a larga Rua do Conde d' Avranches, e ao mesmo tempo se resguarda da movimentação da Rua do Amial.

O terreno insere-se numa zona da cidade com uma classificação do solo no âmbito do PDM (Plano Director Municipal) como “Área de equipamento existente” admitindo, segundo o art.º 33º do PDM, a coexistência de outros usos.⁴⁵ No entanto, trata-se de um quarteirão único, pois todo o terreno que o rodeia está avaliado como sendo áreas habitacionais. A poente predomina a “área de edificação isolada com prevalência de habitação colectiva”⁴⁶. A nascente, a “área de frente contínua em consolidação”⁴⁷.

O terreno, actualmente com 1 446 m² de área total em que 634 m² são áreas de construção, tem vindo a perder dimensão a favor do Colégio Luso-Francês que engloba hoje o casarão de 1923, que está classificado como “imóvel de interesse municipal”⁴⁸.

A zona poente da casa, nas traseiras, existem pequenas hortas para abastecimento próprio e uns pequenos arrumos, que hoje parecem não ter qualquer utilidade. No entanto, são estes que reforçam a separação entre a moradia e o Colégio. A forma inicial, perdeu-se, e já não existe uma definição distinta e lógica das diversas áreas livres. Não há um desenho, um sentido paisagístico, também parecendo ter sido fruto do acaso. No entanto, quando se tentou propor uma reformulação destes arrumos, na traseira, para a colocação estratégica de uma lavandaria de apoio, não houve qualquer aceitação por parte do cliente. Está previsto que o Colégio se vá apoderar, brevemente, de mais uma pequena porção de terreno da casa para a construção de novos pavilhões, e por isso, houve que ter esta exigência em conta na nova intervenção.

45 Plano Director Municipal, Porto em <http://www.cm-porto.pt/users/0/52/eb075433b656980f6be-40a535d3f29d8.pdf>, acedido em Abril 2011.

46 Carta de Qualificação de Solo, consultada em [http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/\(S\(v0vafgeyvsxgl55cospaz45\)\)/MapView/SectionsViewer.aspx?id=2](http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/(S(v0vafgeyvsxgl55cospaz45))/MapView/SectionsViewer.aspx?id=2), acedido em Abril 2011.

47 Idem.

48 Carta do Património, consultada em [http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/\(S\(dliak4fhfc2vwq55yugnh0u3\)\)/MapView/SectionsViewer.aspx?id=10](http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/(S(dliak4fhfc2vwq55yugnh0u3))/MapView/SectionsViewer.aspx?id=10), acedido em Abril de 2011.

c.3. PATOLOGIAS DA CONSTRUÇÃO

Exteriormente, a casa apresenta algumas patologias facilmente detectáveis. Nota-se, algum envelhecimento e degradação dos elementos que constituem o edifício, alguma fissuração do revestimento exterior e zonas afectadas pela humidade.

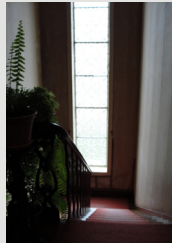
Num período, em que as inovações, oportunidades e condições construtivas são tantas, a casa começa a solicitar algumas melhorias, principalmente a nível de isolamento e conforto térmico. Hoje em dia já não se assiste a construção de edifícios que não tenham as mínimas condições de conforto. Com efeito, este exemplo denota uma grande necessidade de adaptação às necessidades dos dias de hoje.

As patologias detectadas exteriormente foram as seguintes:

- as caixilharias, simples e de vidro único, apresentavam um grande desgaste, pelo que as irmãs evitavam de utilizar. O mesmo se passava com as persianas, que colocadas no exterior, muitas delas já não tinham qualquer utilidade pela falta de funcionamento;
- os frisos e molduras a branco, revelavam muita sujidade e erosão provocados pelo tempo e pela falta de manutenção;
- os tubos de queda, expostos nas fachadas, e as coberturas pareciam não ter capacidade de escoar fluentemente as águas pluviais, pelo que trouxe consequências para o interior da casa.

No interior, numa primeira abordagem salientaram alguns pontos:

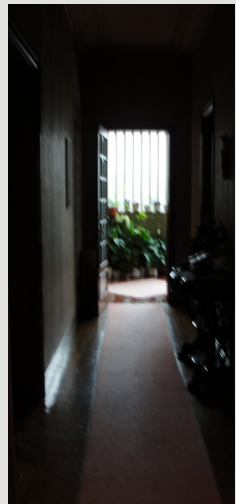
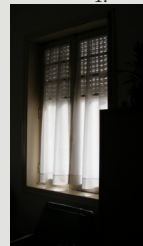
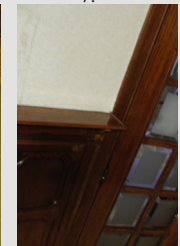
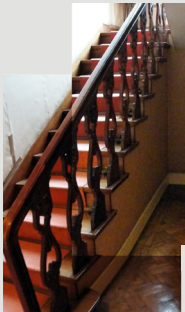
- a ampliação de 1980, se a nível exterior conseguiu funcionar harmoniosamente com o existente, o mesmo não aconteceu no seu interior. A zona poente da casa, onde estão situados os quartos, está inutilizada devido às humidades. Lembra-se que, o segundo piso na zona poente da casa, tinha sido pensada como uma varanda onde o vão central seria aberto. No entanto, rapidamente se percebeu que não seria o mais funcional, pelo que se aplicou o caixilho tal como



14.

12.

PISO 1
cota 3.60



5.

9.

7.

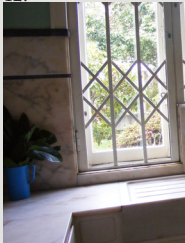
3.

1.

12.

13.

8.



10.

2.

hoje se apresenta. Esta medida acarretou consigo algumas consequências, nomeadamente o discordância dos materiais utilizados nos dois espaços. Esta zona é a que se apresenta mais debilitada em toda a habitação;

- o tecto, ainda primitivo, demonstra alguma fragilidade, pelo que algumas zonas da casa começam a apresentar cedência do estuque;

- como a maioria dos quartos está inutilizado, as freiras utilizam um espaço como dormitório comum, separando fracções através de pré-fabricados, onde não existem quaisquer condições. A luz, que provém de um só vão, funciona apenas para uma das fracções, pelo que o resto dos espaços apenas podem usufruir de luz artificial;

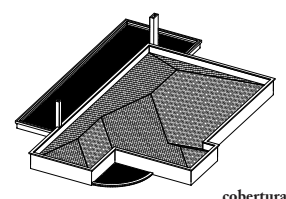
- os banhos são comuns e apresentam grandes debilidades a nível das infra-estruturas;

Reconhece-se, portanto, que as condições de habitabilidade são muito rudimentares, e que esta falta de condições, que se localiza maioritariamente a sul, condiciona todo o funcionamento da casa.

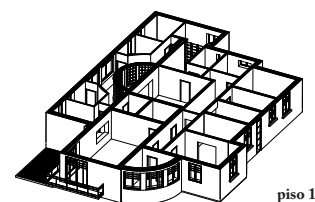
Se analisarmos a disposição das diversas zonas concluímos que não há um critério de organização lógico. A necessidade de adaptação na procura de melhores condições e de novas áreas para facilitar as rotinas e hábitos das irmãs, transformaram, por completo, a organização formal e espacial do edifício.

Os acessos, apesar de bem localizados, não favorecem os percursos de distribuição. Estes são resultado de um acrescento e não de uma adaptação. O arquitecto, que optou por deixar marcada a construção primária, aumentou para poente, deixando o percurso entre as duas épocas como um espaço sobranete. O resultado é um autêntico labirinto sem saída, onde não existe uma lógica de percurso.

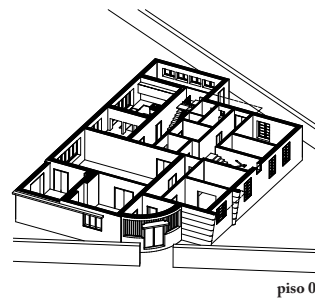
Os quartos perderam a sua função e as freiras estabeleceram-se na biblioteca. A sala da província, a que apelidam de biblioteca, surge numa zona que quebra toda a privacidade dos quartos. A *bow-window*, preservada da construção primária, deixou de ter sentido a partir do momento em que se optou fechar a zona ampliada, a poente.



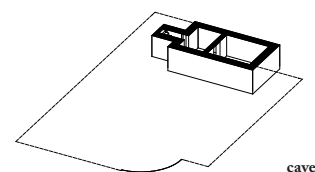
cobertura



piso 1



piso 0



cave

66. axonometria do levantamento da casa em 2010.

c.4. 'O DONO DA OBRA' ⁴⁹



67. fotografia retirada no local.
Identificação da casa em estudo,
situada no alçado sul.

*“A fraternidade da Casa de Nossa Senhora dos Anjos, destinou-se, desde o seu início, essencialmente, para além de Casa Provincial, a acolher as irmãs que, de passagem ou de férias, vêm das outras comunidades de Portugal ou do estrangeiro e, ainda a fazer catequese, tanto no Colégio Luso-Francês como na paróquia a que pertence.”*⁵⁰

Porque “sem cliente não há arquitectura” ⁵¹, para iniciar uma obra é fundamental conhecê-lo primeiro. Um projecto, sendo o resultado de uma relação forte e interactiva entre o arquitecto e o cliente, necessita para o seu desenvolvimento saudável e consequente sustentabilidade, de um estudo mais profundo e interessado acerca do seu legado, rotinas, vivências e práticas. Dado que a simples comunicação entre arquitecto/ cliente não se complementam nem se sustentam independentemente. - Que género de espaços são precisos nesta comunidade? Que uso lhes dão? Como é que este tipo de espaços funciona nas outras casas da comunidade? - Há uma necessidade de esclarecer dúvidas e muitas vezes, ir buscar elementos justificativos que podem ser úteis na comunicação entre arquitecto/cliente, na base da fundamentação das suas opções projectuais.

Era fundamental criar uma total aproximação/identificação de toda a comunidade com o espaço geométrico que se iria propor, percebendo que aquele seria o ‘seu’ espaço, a ‘sua’ casa, e não a do arquitecto. Por isso, tentou-se conhecer um pouco da sua história e da sua obra, e tentamos confrontar com as informações de hoje. A visita a outra das suas casas foi essencial para o desenrolar do projecto, para a percepção de um programa. Conhecer um pouco sobre a história arquitectónica desta comunidade era importante para saber até que ponto se poderia abrir o nosso campo criativo.

⁴⁹ FONSECA, Teresa : *A Construção do Polo 3 da Universidade do Porto*, vol. I, Ed. Autor, Faup 1996, p. 27.

⁵⁰ http://www.ppfmns.pt/obra_detalhe2.asp?ID_Detalhe=47, acedido em Abril 2010.

⁵¹ FONSECA, Teresa : a construção da nova faculdade de arquitectura da Universidade do Porto 1985-1998 in Alvaro Siza et. al *Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto : percursos do projecto*; Porto : Faup Publicações, 2003, p.45.

A comunidade das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (F.M.N.S.), até 1964 designadas por Franciscanas de Calais, remonta à Idade Média (séc. XIX), pela união de três casas. As três, constituídas por sete comunidades de irmãs franciscanas da ordem terceira naturais de Arras (Norte de França) – Saint –Omer, Aire, Montreuil Béthune, Lens, Arras e Calais, decidem, em 1853, unir-se numa só irmandade.

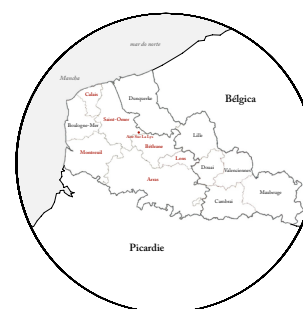
A união obrigou a uma consequente revisão e renovação dos seus votos religiosos. Seria inevitável a aceitação de uma única regra, a crença das mesmas constituições, o uso do mesmo hábito, a adaptação dos mesmos costumes e o reconhecimento da mesma Superiora Geral. Só desta forma conseguiriam obter a afirmação de uma nova e única comunidade - Ordem de S. Francisco. Em 1856 já a Congregação estava completamente constituída, tendo como casa-mãe o Mosteiro de Nossa Senhora das Sete Dores (Notre-Dame de Calais).

A Ordem de S. Francisco de Assis, distingue-se como sendo uma ordem mendicante, das mais modestas, constituída por frades ou freiras dispostos/as a um total abandono da clausura e individualismo, que tão bem caracterizam as ordens monásticas, para dispor de uma maior liberdade para a prática de caridade, de assistência, do ensino, da missão e de outras práticas.

“um profundo espírito religioso assente numa sólida fé alimentada pela oração e pelos sacramentos, um forte espírito de família, o exercício da caridade, e uma larga abertura a todas as pessoas, sobretudo, aos mais pobres, na simplicidade e na alegria.” 52

A comunidade das F.M.N.S., irá distinguir-se pela dedicação às mais variadas obras de caridade, mas principalmente, à educação e instrução de crianças, em orfanatos e escolas, ao tratamento de doentes, em hospitais ou no domicílio, e ao cuidado de idosos e desamparados em hospícios e asilos, e outras missões nas mais variadas partes do mundo. O percurso deste instituto em Portugal foi, desde sempre, bastante atribulado mas sempre vitorioso e meritório.

O triunfo do liberalismo (1820), em Portugal, trouxe ao clero severas restrições, suprimindo os seus privilégios e questionando fortemente a sua liberdade espiritual. Em vez de incentivar as ordens religiosas, o regime liberal, optou



68. Localização das sete províncias que deram início à comunidade religiosa de Calais.

52 SOUSA, Fernando de; “As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894)” em Revista da Faculdade de Letras : História, série II, vol. 08, 1991, pag. 111.



69. Cronologia e acção em Portugal

pela solução contrária e radical de abolição e expulsão das mesmas, apoderando-se, em muitos casos, dos seus bens, e convertendo-os em bens nacionais. Estas medidas, ente outras, apenas contribuíram para que a normalização das relações entre o Estado e a Igreja nunca viessem a ser reatadas.

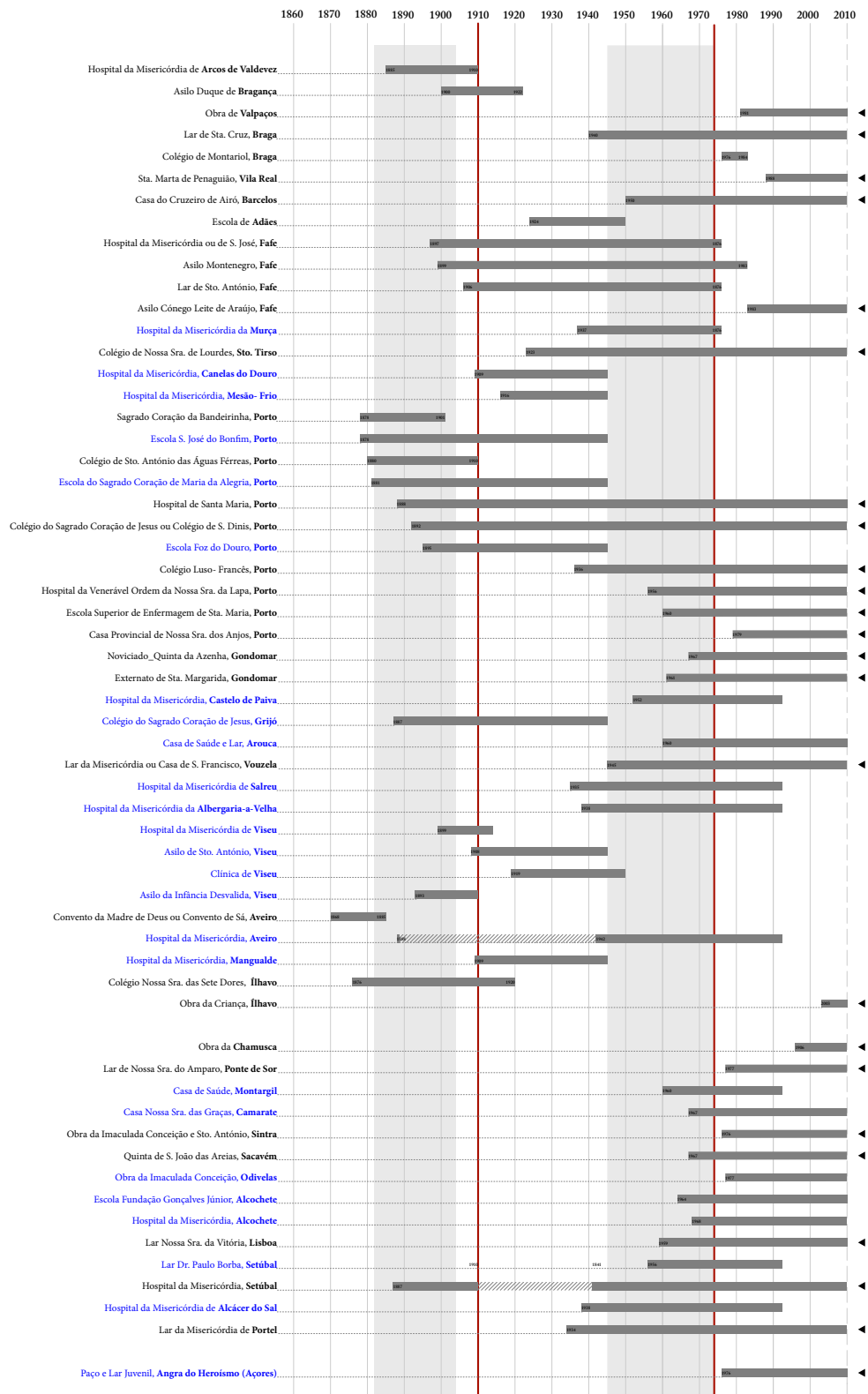
No entanto, o clima de intolerância daquele tempo não impediu a acção e entrada das irmãs de Calais em Portugal. Apesar de todas as dificuldades por que passou, tal como todas as outras ordens religiosas após a proclamação da República, em 1910, esta congregação, entrou e nunca mais abandonou o país, especialmente a cidade do Porto, “desde sempre, o verdadeiro coração das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal”⁵³. Apesar dos consecutivos obstáculos, conseguiram sempre uma rápida recuperação, evolução e consequente expansão em todo o território, principalmente no norte do País. A partir daí foram abrindo cada vez mais casas para a prática da missão.

A comunidade da Casa de Nossa Senhora dos Anjos, actualmente é composta por 6 elementos, sem previsões de vir a aumentar, mas não descuidando a necessidade de quartos extras para albergar mais religiosas. Humildade, Simplicidade e Justiça, são os seus três princípios da sua missão. Humildade para escutar. Simplicidade é a coragem da partilha. E a Justiça é transparência, saber revelar o melhor de si. É, portanto, uma comunidade desapegada dos bens-materiais e grande parte dos seus conventos denota essa simplicidade e humildade. Não pretendem grandes luxos, apenas um local onde possam ter algum conforto. E não crêem em hierarquias. Todos são iguais aos olhos de Deus, pelo que todas as suas casas revelam uma mesma predisposição para o serviço e nunca para a satisfação individual. Não existe o quarto da madre superiora ou responsável, os quartos são todos iguais, quer sejam para pessoa nova ou velha, da casa ou visitante.

Não é uma comunidade fechada, não se importa de se expor à sociedade, isto é, as suas casas não têm de ser verdadeiros fortes, sem vãos nem luz, virados somente para o interior e para a clausura. Antes preferem casas abertas, com muita luz e vida, porque veem luz como um sinónimo de presença divina, e por isso lhe dão grande valor.

Apreciam as artes e são pessoas predispostas a ouvir as ideias dos outros, pelo que, só por aqui, se percebe porque não se tornou, até hoje, um cliente problemático. No caso concreto da casa em estudo, apenas fizeram o seu pedido e

⁵³ Idem, pag. 150.



70. Cronologia e identificação dos bens patrimoniais da comunidade em Portugal entre 1860 e 2010.

apresentaram as suas necessidades, como só os moradores, melhor que ninguém sabem expor as verdadeiras limitações do seu dia-a-dia na casa actual. O resto foi deixado ao livre critério dos arquitectos, cujo trabalho já conheciam um pouco, revelando uma enorme confiança na nova concepção da sua nova casa.

c.5. O PROGRAMA

“Em arquitectura, o programa que apresenta maior desequilíbrio e instabilidade é o da casa unifamiliar. Aqui é necessário conjugar uma intuição pessoal com necessidades muito precisas e particulares. Não há uma solução única, nem respostas definitivas. O programa é o início de um complexo e longo processo criador, onde vão estar patentes, um determinado número de problemas técnicos que irão de certo modo, influenciar ou não cada decisão do arquitecto. Cabe a este saber aliar da melhor forma, estas duas vertentes função e estética.” 54

Em termos programáticos, pouca coisa era pedida. O cliente deu grande liberdade aos arquitectos, como já referimos, na decisão formal e funcional da casa, apenas apelando para que a optimização da área de quartos fosse feita, já que actualmente apresenta áreas e organização deficitária. Caso fosse possível, havia uma vontade de aumentar o seu número para acolher novas freiras e visitantes. Era essencial que se mantivesse o programa que existia previamente, podendo ser alterada a sua disposição, se necessário, para uma melhor organização, mas sem se perder nenhum dos espaços que desempenham funções determinadas. O programa foi evoluindo ao longo de todo o processo, e a nossa forma de abordagem a este também. A distribuição pouco variou desde o primeiro estudo.

Antes de qualquer intervenção, a disposição funcional da casa era a seguinte:

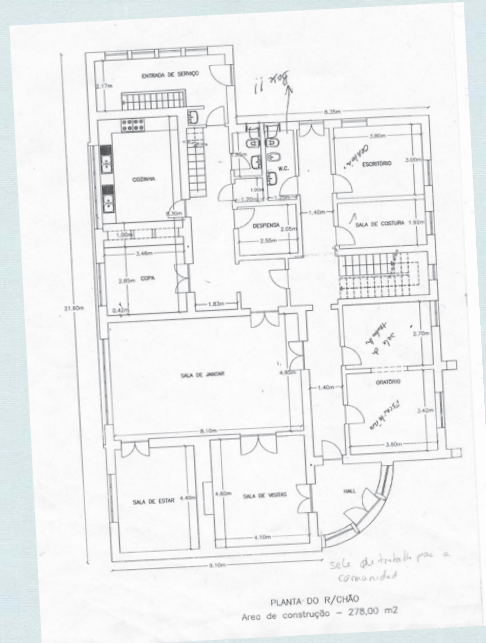
- a sul, no piso inferior, ficava o hall de entrada e a sala de visitas. No 1º piso, existia um quarto, que equivalia à área do hall de entrada. Ao lado, sobre a zona da sala de visitas mas ligeiramente esticado para norte, encontrava-se o dormitório comum;

54 OLIVEIRA, João Álvaro Miranda, *Habitar contemporâneo : experiências de projecto*; docente acompanhante José Manuel Soares. - Porto : Faup, 2008, pág. 41.

Programa :

R/Chão —

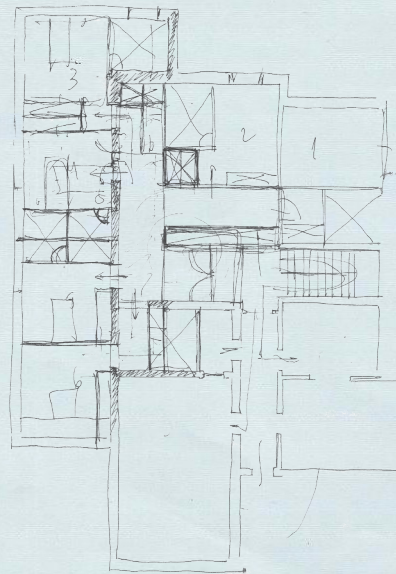
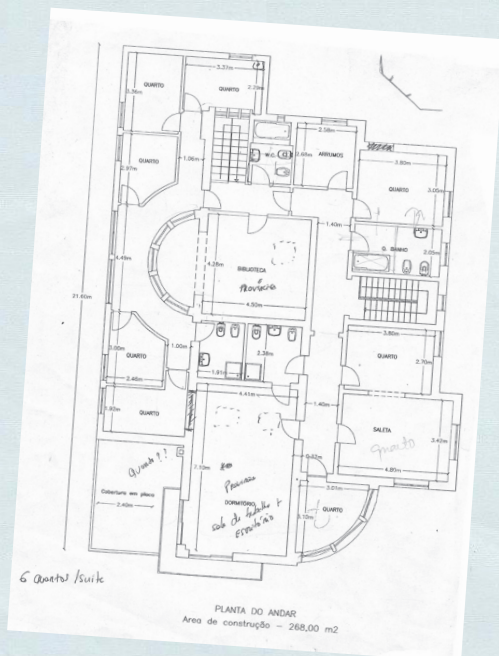
- Entrada
- Sala de visitas
- Sala de jantar
- Sala de Estar
- Copa
- Cosinha
- Escritório
- Sala de trabalho
- Sala de costura
- Oratório
- Despensa
- Banho



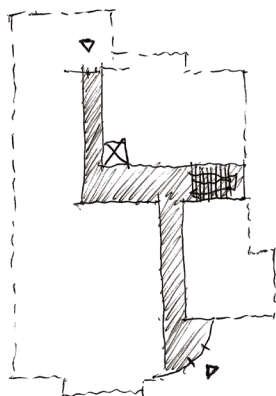
1.º ANDAR —

6 Quartos / suites

- sala para a província
- sala de trabalho + escritório
- Gabinete de atendimento



71. primeiros apontamentos sobre um novo programa.



72. esquema do plano de distribuição adoptado na nova proposta quer no piso inferior, quer no superior (ver quadro comparativo, p.108).

- a nascente, estava localizada, a escadaria principal, e no nível inferior, o oratório, a sala de costura e um pequeno escritório. Ao nível superior, correspondiam três quartos, com áreas desajustadas e tão pouco equivalentes, bem como uma casa-de-banho de apoio, também com áreas muito superiores às necessárias;
- a norte virava-se o programa com menor importância. No r/chão, surgia apenas a entrada de serviço, num corpo ligeiramente avançado do resto da composição, suficiente para desenhar a entrada na lateral nascente. Mais recuados estavam dois banhos de apoio e o mesmo escritório referido no ponto anterior, que possuía também um vão nesta direcção. No piso superior apesar de tentar seguir as mesmas ambições do piso inferior tentando localizar o programa de menor importância, há sempre necessidade de localizar aqui dois dos seus quartos, hoje inutilizados pela falta de condições, e um banho de apoio aos quartos. Existe também aqui um pequeno espaço dedicado aos arrumos;
- por fim, a cozinha, copa, e sala de jantar e sala de estar, localizavam-se a poente da construção, encimados por um conjunto de quatro salas, agora adaptadas como quartos, que cobriam um amplo espaço onde está localizada a biblioteca/ sala da Província.

Face a este estado de desorganização programática, procurou-se da melhor forma reorganizar os espaços interiores, garantindo uma maior funcionalidade e clareza na utilização da casa, seguindo uma mesma lógica dos seus antecedentes primários, no que diz respeito à distinção entre zonas de trabalho, zonas de convívio e zonas privadas.

Tal como muitos outros clientes, as irmãs não estavam dispostas a grandes obras, pelo que lhes iria dificultar ou impedir a sua estadia na casa. Desta forma, optou-se por actuar em faseamento, de modo a que houvesse sempre a possibilidade de aproveitar algumas zonas da casa.

Para que esta tentativa de faseamento resultasse, tentou-se estabelecer uma hierarquia de intervenção. A distribuição do programa seria parte decisiva

para esta acção. Com efeito, no primeiro piso ou r/chão, optou-se por desenvolver o programa, da seguinte forma:

- o hall de entrada, a sala de visitas, a sala de jantar , a sala de estar, copa e cozinha manter-se-iam os mesmos apenas com obras de conservação e restauro;
- uma nova dispensa era precisa no novo programa, e muitos outros arrumos. Este tipo de comodidades abrangem não só a copa, mas também a zona de distribuição de serviço, a cave, a garagem, e um pouco por toda a habitação;
- o banho continuaria a ser único, mas de maiores dimensões para permitir a utilização por pessoas com mobilidade reduzida no piso inferior da casa, sem ter de recorrer à plataforma elevatória. Ficaria situado em zona central para fácil acesso de qualquer parte da casa;
- o Oratório foi considerado o elemento mais móvel. Se por um lado, se considerou importante colocá-lo no nível superior junto da zona dos quartos, mais recatada e propensa à oração, as freiras preferiram a sua localização no piso térreo. Trata-se de um espaço onde passam a maior parte do seu tempo tal como as irmãs que estão de visita e não seria cómodo obrigar à deslocação frequente até ao primeiro andar;
- a sala trabalho passaria para perto da zona da entrada, para ser acessível a pessoas de fora;
- seriam unificadas a sala de costura e a lavandaria, na área de serviço da casa. Como local melhorado ao nível da ventilação exigente para os dois tipos de uso;

Relativamente ao 1º andar, a distribuição sofreu modificações mais profundas:

- os 6 quartos, todos com banho privativo, nos lados poente e norte

da casa, aproveitando a zona que lhe foi acrescentada em 1980 e servirá para fazer grandes melhorias de infra-estruturas;

- a sala da Província, local que precisa ser privilegiado a vários níveis (localização, iluminação, sgnificação, boas dimensões e proporções), passaria agora a ocupar o espaço onde se instalou o dormitório comum, mas que voltado a sul iria usufruir também de uma boa iluminação natural e manter as boas proporções necessárias;
- uma sala de trabalho, um pouco mais restrita às visitas, destina-se ao trabalho interno, de um ou mais elementos da casa;
- um escritório, associado à sala de trabalho, que lhe serve como apoio;
- um gabinete de atendimento, sobre o hall de entrada do piso inferior, dedicado ao recebimento de outras religiosas, reunião com jovens aspirantes, entre outros usos.

Como o vão do telhado apresenta boas proporções e áreas para o desenvolvimento de um novo espaço, procedeu-se ao seu aproveitamento, criando um terceiro piso. Optou-se por se dedicar este espaço a uma sala de comunidade, de leitura e convívio.

Esta nova organização pretendia melhorar as instalações e os compartimentos, modificando ligeiramente a sua ordem de organização e facilitando percursos e usos diários.

A ideia de manter a estrutura, tomando como princípio a demolição de interiores, deixando intactas as divisórias principais e as fachadas do edifício, não transparece grandes mudanças no edifício. Aliás, esta ideia de manter o máximo do edifício pré-existente, de forma a não perder a sua identidade inicial, é uma premissa presente desde o início desta decisão. Assim, é no desenho do interior que mais se sente a presença do novo. O programa sobrepõe-se quase integralmente à antiga estrutura interior. Á lógica continua de percursos e espaços que existia anteriormente, sobrepõem-se o parcelamento criado pelos novos espaços e pela necessidade de adaptação. O que nos convinha aproveitar, foi aproveitado, o que não convinha, foi reestruturado.

c.6. UMA REFERÊNCIA

“A homenagem aos mestres é um acto de liberdade e de respeito próprio.” 55

“Um convento é uma casa; talvez um agrupamento de casas que partilham algumas das suas dependências, alguns serviços; talvez uma cidade com as suas ruas e praças, com as suas galerias e os seus claustros, com os seus deambulatórios e os seus pátios, com restaurantes como refeitórios ou com parques como hortas. Um convento é uma confederação de celas, de quartos onde estar só, onde poder suportar as tentações, e porventura vencê-las ou ser vencido por alguma delas sem testemunhas. Um convento é algo mais que uma casa comunitária, apesar de nela serem muitos os que, incómodos ou confortáveis, mal avindos ou em certa comunhão, possam habitar; mais que uma instalação hospitalar, ainda que na hospedagem e no trânsito tenha a sua fundação; mais que um complexo arquitectónico em que se ordena um pedaço do mundo querendo com isso governar os espíritos que o povoam.” 56

Durante a exploração do projecto, houve a oportunidade de visitar o Convento-Mãe da instituição que se tem vindo a referir que, para nossa sorte, terá sido desenhada por um arquitecto de referência da arquitectura portuguesa - Fernando Távora.

À medida que o projecto da casa da Província se ia desenvolvendo, ia-se descobrindo parecenças, e até mesmo tentando adaptar concepções e formalizações do projecto de Fernando Távora à casa. Foi importante desenvolver um estudo da obra, pois só assim seria possível compreender o projecto. Muitos dos espaços do convento, seriam uma constante na casa provincial, mas em escala menor. As rotinas iriam ser idênticas e por isso, não haveria melhor exemplo do que este projecto para compreender o programa e a sua intenção. De que modo é que Távora pensou um convento para as irmãs franciscanas? Posteriormente, entendeu-se ser igualmente importante perceber as modificações que o convento sofreu no decorrer dos tempos. Assim, conseguimos também tirar partido de algumas

55 FONSECA, Teresa : a construção da nova faculdade de arquitectura da Universidade do Porto 1985-1998 in Alvaro Siza et. al *Edifício da Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto : percursos do projecto*; Porto : Faup Publicações, 2003, p.43.

56 BAÑON 1996: 231,232 cit. em AFONSO, Inês Areal de Boaventura : *O corredor e a cela no convento e na prisão* ; docente acompanhante Prof.Carlos Machado. - Porto : Faup, 2008, p. 37.



73. 1ª fase, 2ª fase e 3ª fase da construção do convento (1961-69).

conclusões acerca da nova noção de vida em comunidade e tentando transportá-la e estabelecer uma comparação com a Casa de Nossa Senhora dos Anjos.

O Convento da Azenha surgiu numa altura em que a irmandade começava a ter um grande afluxo de jovens noviças no seio da comunidade e algum limite na disponibilidade de espaço para as albergar. A casa de Santo Tirso, local onde era recebido o Noviciado até à altura, sendo um espaço partilhado com outro tipo de práticas, começava a mostrar-se exíguo. Por isso, houve uma clara vontade em adquirir uma propriedade ampla suficiente, não só para albergar estas novas jovens mas que também servisse de ícone e sede de província da região norte.

O terreno, bem situado territorialmente em pleno monte crasto, na freguesia de São Cosme, em Gondomar, apresentava-se como um espaço de grandeza apreciável e com uma paisagem inigualável. A serenidade e a localização, junto à cidade do porto pesaram na decisão da sua aquisição, bem como a assistência espiritual que viria a ser dada pelos irmãos capuchinhos aí residentes, no decorrer das obras.

A Quinta pertencia a um casal luso-brasileiro, que já fora das suas possibilidades mantê-la, decidiu vendê-la a alguém que garantisse a manutenção do espaço tal como ele era. A ordem franciscana para além de sustentar este pedido ainda lhes assegurou emprego e protecção.

organização funcional



74. contexto espacial; registo fotográfico do terreno visto da estrada.

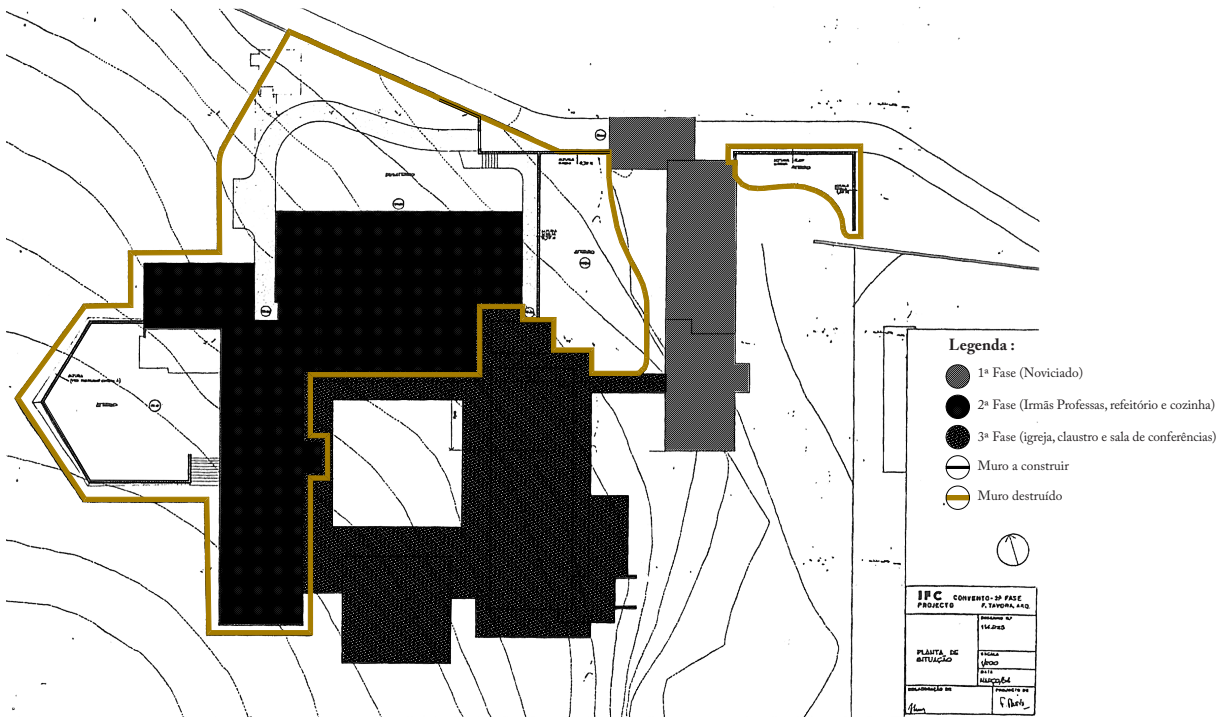
A implantação adapta-se à morfologia do terreno, propondo 3 corpos a diferentes cotas que compõem um conjunto, projectado no todo mas a ser construído em várias fases. O primeiro localizado a poente corresponde à cota mais baixa, o segundo, a nascente, corresponde à mais elevada.

O conjunto, compõe-se essencialmente por cinco espaços bem demarcados:

- o noviciado e a residência das irmãs professoras, implantados paralelamente mas em lados extremos da composição nascente/poente, englobam no seu r/chão um conjunto de espaços referentes às práticas diárias das irmãs em comunidade. Isto é, foram aí pensadas variadas salas, (de recreio, de costura, da comunidade, de visitas) escritórios e gabinetes, bem como w.c's de apoio. Estas seriam as zonas a que poderiam ter acesso os convidados, e por isso, passariam a designar-



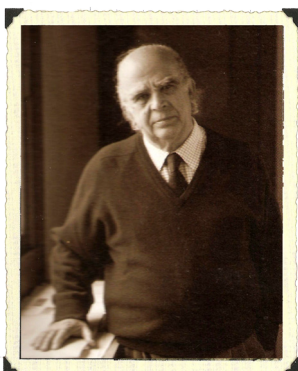
75. vista aérea do terreno.



76. implantação e distinção de fases e elementos de construção



77. fotografia geral do convento.



78. fotografia de Fernando Távora

-se zonas sociais. Nos pisos superiores destes dois corpos localizavam-se as celas/ dormitórios das irmãs residentes e visitantes.

- a capela viria a ser o volume de excepção. Paralelo aos dois corpos referidos no ponto anterior, situa-se a poente do claustro, e entre os dois volumes de residência. O corpo da igreja tem dois níveis, pelo que através de um semi-piso, Távora distingue a zona do coro das restantes zonas.

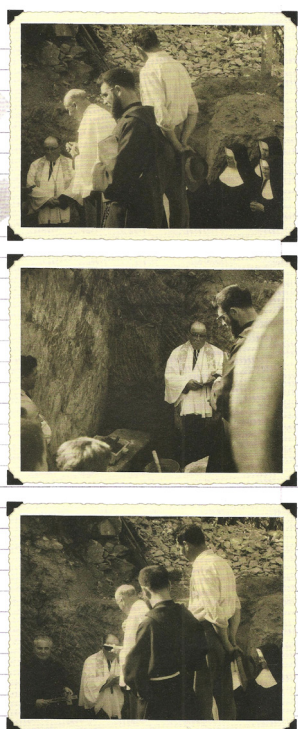
- o refeitório e cozinha (a norte), e sala de festas e conferências (a sul) surgem como os elementos mais baixos mas que articulados com os restantes corpos, por uma galeria coberta formam um conjunto único em torno de um claustro de planta quadrada.

- os cinco elementos, estão interligados por zonas de percurso, que desenham o claustro em forma de quadrado perfeito.

O declive do terreno, apesar de bastante acidentado, terá sido tomado em conta para o estudo da solução pelo que permitiu criar uma dinâmica de planos e uma ajustamento de pisos, melhorando e facilitando transições e ligações entre os espaços.

Também questão relevante na decisão da composição, foi a orientação solar. Fernando Távora teve o cuidado de dispor os diferentes corpos de modo que recebessem igualmente luz natural. Orientados a nascente/poente os compõem os blocos de residência e norte/sul os elementos comuns.

O Convento tinha primitivamente um objectivo bem delineado. No entanto, Nuno Teotónio Pereira, numa reunião de estudo a propósito do Convento de Gondomar revela: *“as ordens religiosas debatem-se com um mundo em constante transformação e adaptação, e numa constante necessidade de aliar a sua fé e crenças primitivas com o mundo actual moderno, em particular as ordens missionárias, que estão em constante dinamismo servindo o povo.”*⁵⁷ Naturalmente o Convento foi-se adaptando, e o mesmo se verificou nas outras casas da irmandade. Veja-se o exemplo da Casa Provincial, que apesar de ter um só objectivo sob a chefia das



79. bênção da primeira pedra (1962)

⁵⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio : “Reunião de Estudo” em Movimento de Renovação da Arte Religiosa; Boletim- 2ª série - Dezembro de 1961; Lisboa; Arquivo Fernando Távora.

irmãs, foi-se adaptando constantemente aos tempos e às exigências do mundo actual para um maior e melhor serviço das suas práticas missionárias.

Hoje o Convento alberga um Externato (Externato de Sta. Margarida) e é local de retiro para as irmãs das diversas casas. E continua a ser o centro das actividades da Província, onde realiza retiros, capítulos, encontros e festa de Família. O noviciado deixou de existir. O pavilhão de S. Francisco, como é designado, encontra-se hoje sem utilidade, mas pronto, em qualquer altura, a albergar novas religiosas. As celas deste pavilhão sofreram algumas modificações pela necessidade de oferecer alguma privacidade, e o piso inferior acolheu em tempos o externato que agora se encontra do lado oposto do terreno. No entanto, os elementos primitivos começam a denotar algum desgaste e a necessidade de recuperação.

Os materiais e processos construtivos adoptados, foram os mais frequentes da altura: “a cobertura de betão armado e paredes divisórias de tijolo. Nos pisos térreos, o paramentos da pedra ficam a descoberto, sendo rebocados nos pisos superiores, criando-se deste modo um grande embasamento”⁵⁸. As coberturas correspondentes aos volumes principais são inclinadas e revestidas a telha, em contrapartida, as partes mais baixas que estabelecem a ligação entre os vários volumes principais usufruem duma cobertura plana. Fernando Távora consegue criar esta harmonia entre dois sistemas construtivos muito distintos, conseguindo transparecer em planta e em volumetria esta clara distinção de volumes. O próprio elemento plano, chega a nem ser perceptível no local pela imponência e riqueza dos diversos volumes.

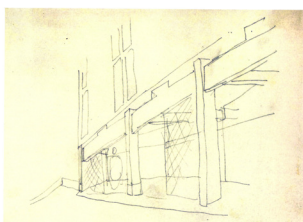
*“Uma estrutura de travamento em betão armado ficará embebida nas paredes exteriores e encastrada no grande soco de pedra à vista.”*⁵⁹

Ao contrário do que se passa nos dias de hoje, em que tentamos esconder ao máximo a estrutura, Fernando Távora explora-a. Assume-a e tira partido de toda a sua expressividade. Existe uma variedade de exemplos, em que se denota este cuidado. Veja-se por exemplo, nos corpos de residência, o ritmos marcado pelas vigas dão qualidade ao desenho. No refeitório, as vigas surgem a eixo suportando o grande vão liberto de apoios verticais. E na igreja, onde explora

**materiais e sistemas
construtivos**

⁵⁸ TÁVORA, Fernando : “Reunião de Estudo” em Movimento de Renovação da Arte Religiosa; Boletim- 2ª série - Dezembro de 1961; Lisboa; Arquivo Fernando Távora.

⁵⁹ Idem.



80. esquisso e fotografia do bloco central (3ª fase). “... *projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por caprichos da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundam...*” [referência Fernando Távora in *Da Organização do Espaço*, 1962]

luz, composição e cor

chanfrar a viga quando a mesma atinge a parede ou se funde o pilar, mas nunca deixando de assumir, pelo seu material, a estrutura da parede.

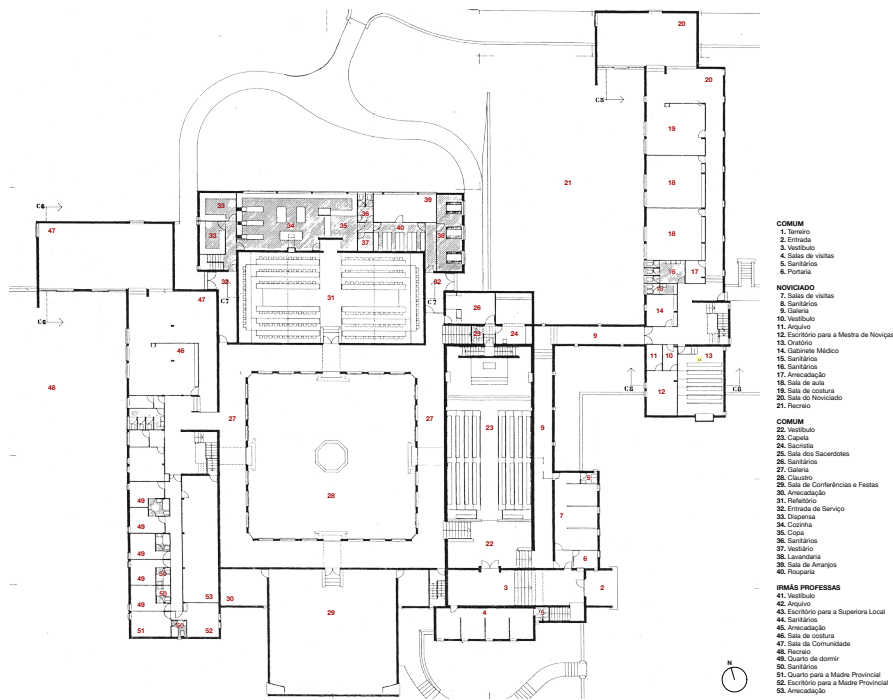
Os materiais de acabamento aplicados mostram-se extremamente racionalizados, mas ao mesmo tempo, pormenorizadamente pensados na definição de uma leitura homogénea, qualificada e ritmada do desenho do edifício. O cuidado na aplicação dos materiais apresenta-se na escolha de pavimentos (diferenciados consoante as características específicas de cada espaço), no desenho da caixilharia em madeira (e a forma como esta funciona), e na colocação de cantarias de pedra rija da região. Estes pormenores caracterizam uma escolha qualitativa e ponderada de materiais resultante numa clareza e consistência formal da obra, num cenário de riqueza quer territorial, quer espiritual. No exterior, os materiais mais utilizados, é o betão à vista, o granito polido, em elementos pontuais ou característicos, e as paredes pintadas a reboco projectado branco. No interior, encontramos uma variedade de revestimentos, começando pela madeira, o azulejo e o reboco, entre outros menos frequentes. A nível de pavimentos, existe um jogo de marcações de entradas, planos, espaços que o arquitecto fez questão de salientar, através da cor, ou da diferenciação de material. Destaca-se a tijoleira vermelha e branca, o parquet e o granito.

“*O céu domina, acima de todas as coisas, o céu de um clima. O ângulo de incidência do sol sobre o meridiano impõe ao comportamento dos homens condições fundamentais. (...) Lei do sol, determinante das primeiras disposições.*” 60

A luz natural define a planta, a orientação, a forma, a materialidade do edifício e a sua relação com a envolvente. A luz faz parte da concepção arquitectónica de um edifício e nesse sentido, a volumetria, as reentrâncias, os elementos projectados constituem em parceria com a luz, a imagem do edifício. Távora, em Gondomar, enfatiza de forma particular o contraste luz/sombra em alguns apontamentos da composição.

Em visita ao Convento, a irmã Adelaide, fazia muitas vezes referência aos pequenos rasgos de luz, provocados pelo desfasamento de coberturas entre os corpos, ou até como espaço que necessita de luz para definir as suas formas é especialmente tratada em pontos essenciais de iluminação no espaço vivencial, sa-

60 CORBUSIER, Le : *Conversa com estudantes das escolas de arquitectura*, Lisboa : Ed. cotovia, lda.; 2003, p. 47, 48.

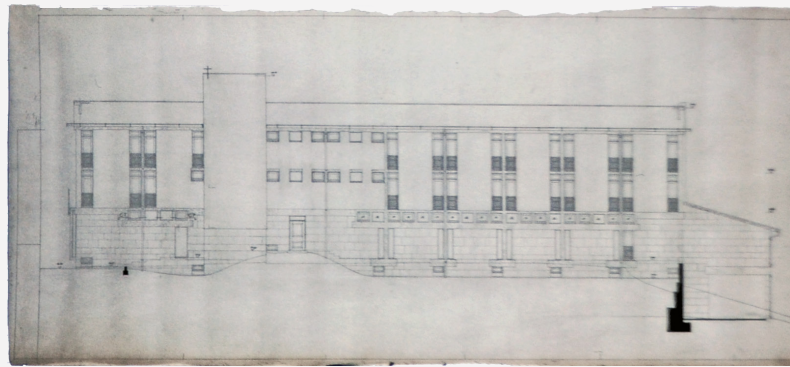


82, 83, 84. fotografias do conjunto

81. planta geral do piso térreo do convento; organização funcional.



85, 86, 87. vistas gerais do pavilhão de S. Francisco.



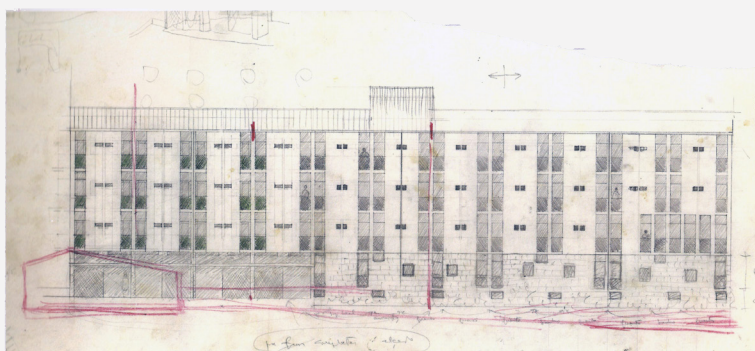
88. desenho do alçado poente, 1962.



89. registos das celas alteradas

1ª Fase (Noviciado)

2ª Fase (pavilhão irmãs professoras, refeitório e cozinha)

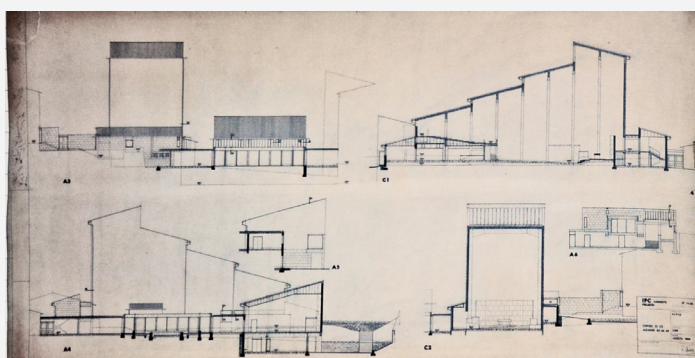


90. desenho do alçado do ante-projecto do pavilhão das irmãs professoras, 1961.

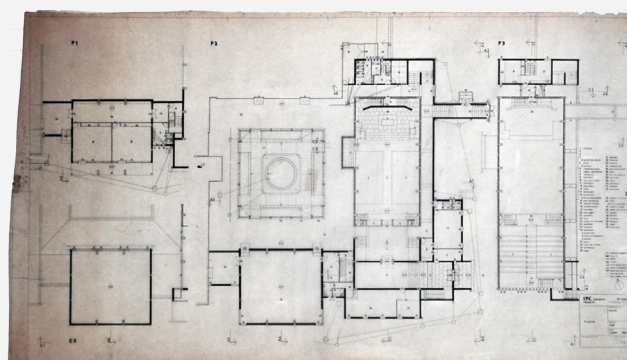


91, 92, 93, 94, 95, 96, 97. refeitório e pavilhão das irmãs professoras; espaço exterior e espaço interior.

3ª Fase (Capela, claustro e sala de conferências)



98, 99, 100. cortes e alçados da 3ª fase do projecto; fotografias do claustro, 1968.



101, 102, 103, 104, 105. fotografia da capela (lado norte); fotografia da capela (lado sul); axonometria do altar (estudo), 1961; desenhos da 3ª fase do projecto, 1968.

lientando, o corpo da igreja, e o claustro, nos corredores das residências, os topos, as janelas dos dormitórios, e a grelha utilizada como guardas dos mesmos, entre outros. Aqui, Távora faz chegar a luz, directa e pontual. A igreja é o elemento que mais tira partido deste elemento. O seu crescente pé-direito à medida que caminhamos para o altar, dá-nos a sensação que caminhamos para o céu. A própria transição entre o vestíbulo que antecede a capela, pela sua diferença de pé-direito e iluminação, denota grande diferença entre a utilidade dos espaços.

Távora defende que a arquitectura cria circunstância, nos factores que com ela implicam. Ou seja, não se pode colocar numa posição de vítima mas dever-se-á agir para melhorar essa circunstância. A dificuldade da posição a tomar está em saber o quanto da circunstância que haverá que seguir, e o quanto haverá que esquecer, ou mesmo contrariar. Existe também as duas posições limite: seguir totalmente a circunstância ou negá-la por completo. Aqui estamos, claramente, numa posição ambivalente. O Convento, desde 1971 já sofreu algumas modificações. O pavilhão das irmãs professoras, já foi adaptado e transformado, denunciando uma nova concepção da vida em comunidade;

transformações

- o refeitório, inicialmente em anfiteatro, perdeu a disposição em anfiteatro e está hoje dividido em dois espaços, um refeitório para as irmãs em retiro e outro para as crianças.

- a zona que corresponde ao volume da sala de conferências e festas foi adaptada e dividida para o uso de salas de aula, bem como outros elementos foram construídos posteriormente como apoio ao externato, descontextualizando alguns dos espaços pensados por Távora.

Em conversa com a irmã Adelaide, percebeu-se que havia igualmente uma necessidade de modificar, ou melhorar as condições das instalações do corpo do Noviciado, para a estadia das irmãs em visita. Ora, o desenho primitivo, apresenta celas de pequena dimensão, separadas por paredes divisórias, onde a transição para o corredor era feita apenas por uma cortina aos 2.10 m, ao estilo camarata. As instalações sanitárias eram e continuam comuns, usufruindo, as celas, apenas de um lavatório para necessidades mais correntes. A única modificação que se fez nestes pisos de residência do corpo em questão foi, a substituição das

cortinas por portas. Ou seja, elevaram-se as paredes até à cobertura, perdendo-se a noção de continuidade espacial do piso. Apenas a cela da irmã mestra das noviças não sofreu alteração porque já era primitivamente fechada, existindo, em contrapartida, um rasgo de luz horizontal, acima da padieira da porta, em caixilharia de madeira e virada para o corredor.

Quais as melhorias pretendidas? As formas de vida em comunidade, das ordens religiosas recentes, revelam uma nova concepção. Com uma nova visão, transformada, reflectem hoje, uma nova vida. Viver em sacrifício, hoje, não é sinónimo de devoção. Com efeito, não há necessidade de viver em sacrifício. Antes viver de forma confortável, e mais individualizada, não esquecendo nunca os seus votos e as suas prioridades.



106. registo da maquete da nova proposta vista aérea.

d) UMA PROPOSTA

“A referência inicial foi a construção pré-existente (...) tudo o resto se foi articulando, reagindo à complexidade da construção existente e da sua envolvente urbana.”⁶¹ A estratégia de intervenção partiu de um reconhecimento/ levantamento técnico e documental, bem como da interpretação do programa que é anterior ao projecto e que permitiu identificar as condicionantes, características específicas do local e do objecto a intervir, determinando as escolhas e propósitos em que se baseia a solução. “No fundo foi o estudo atento da relação pré-existente entre as partes que constituiu o *incipit* no projecto (...)”⁶²

A ideia inicial deste projecto, era como já referimos, uma remodelação ‘interior’ da casa. As irmãs solicitavam, estas obras com alguma urgência e, por

61 VIEIRA, Álvaro Siza : *Imaginar a evidência* / Álvaro Siza ; pref. Vittorio Gregotti. - Lisboa : Edições 70, 2000, p. 51.

62 Idem, p. 75.

isso propunham não apresentar o processo à Câmara, para que o este fosse acelerado. Ora, esta premissa não ia de encontro com o que foi desenvolvido no capítulo anterior. Submeter o processo à Câmara Municipal, segundo aprendi, seria importante, no intuito de cumprir a legislação actual e deixar acessível a consultas futuras. Relembro que neste processo, aquando do levantamento documental, revelaram-se intervenções que não haviam sido submetidas à Câmara Municipal e que nesta fase, poderiam ter facilitado a análise actual do edifício.

Exteriormente não havia muito a fazer. Apenas algumas obras de manutenção e conservação e outros arranjos paisagísticos que o cliente não mostrou grande interesse em fazer. A zona poente do terreno tem ainda, bem presentes e tratados, os arranjos primitivos. que serão mantidos, sendo este constituído por uma zona em cubo de calcário, outra zona em betonilha esquartelada e o restante em placa ajardinada. O mesmo não acontece na zona nascente, que, como já foi referido, continua a perder área em prole do Colégio Luso-Francês. Existem pequenos anexos contíguos ao muro de separação, que de nada servem, actualmente. Propôs-se a criação de uma lavandaria para libertar o espaço interior da casa, mas a proposta não foi bem aceite. Por esta mesma razão as irmãs não quiseram reorganizar esta zona, pois *“nunca se sabe quando é que o colégio irá novamente apoderar-se de mais terreno”* 63.

A garagem, como a zona de cave foram pensadas como espaços de armazém e colocação de equipamentos, e a ideia seria manter a mesma constituição, apenas com obras de limpeza e conservação.

Manter a integridade do edifício era necessário e essencial, mas algumas modificações iam ter de ser feitas. Se no exterior não havia muito a fazer, no interior, dadas as condições, previam-se grandes alterações.

A ideia de modificar o interior deixando intactas as fachadas, não assentou na nova proposta. A colocação dos quartos e consequente optimização, na zona poente da casa, exigia modificações inevitáveis nos vãos da fachada correspondente.

A nível funcional, a solução caminhou no sentido de reduzir ao máximo as áreas de circulação para não causar desperdícios de espaço. O que se pretendia fazer, era organizar o espaço de modo a que as zonas privadas tivessem separadas das zonas sociais e das zonas de trabalho, condição que, como já se mostrou, não está presente na configuração actual. As obras pontuais constantes tornaram a

63 palavras da irmã Adelaide, reunião a 4 de Fevereiro de 2010.

distribuição da casa bastante confusa. A solução passou por aproveitar parte da distribuição existente, tentando retomar a simplicidade distributiva do projecto inicial de 1935. A distribuição em forma de 4, pela existência de 3 corredores - dois de serviço e um principal - foi simplificada. Seria criado um hall, frente à escadaria principal, e um dos corredores de serviço (que não tem utilidade) seria anulado, passando a existir apenas dois corredores e dois acessos - o principal e o de serviço. No piso superior o esquema seria idêntico. A diferença ressalta, no mesmo hall de distribuição que faz frente à escadaria principal. Aqui, seria criada uma barreira, para se fazer a distinção entre a zona privada da continuação da zona de trabalho/social. Esta barreira não pretende criar qualquer interrupção espacial. Sendo o espaço já limitado para a habitação de 6 pessoas, tivemos a preocupação de tentar desfragmentar os espaços para permitir alguma fluidez espacial. Optou-se, neste caso, por um plano rebatível aos 2.00m de altura ladeado por uma estante aberta à mesma altura.

A ala sul sofreria apenas pequenas modificações, pois a riqueza da intervenção primária estava localizada, principalmente, nesta ala. Ao propor a distinção de zonas segundo o seu nível de privacidade, condicionar-se-ia esta ala à zona de trabalho e à zona social, não só pela sua localização face ao acesso principal, mas também devido à sua orientação privilegiada. Todos os espaços dedicados ao trabalho e ao social estariam, portanto, localizados nesta ala da casa. Desta forma, o oratório e o quarto do rés-do-chão, passariam a ser escritórios e salas de trabalho. Por sua vez, o dormitório passaria a sala da província, e a zona de comer, bem como sala de visitas e de estar continuariam as mesmas.

Aquando da primeira visita à casa, a sala de jantar sugeriu ser a zona de reunião da Província, onde as irmãs se reúnem não só na hora das refeições, mas também para discutir ou receber visitas. Pela sua riqueza de acabamentos, é sem dúvida, o espaço que maior vontade se tem em preservar. Além da boa iluminação, o espaço apresenta belos pormenores de carpintaria, o tecto tem belos trabalhados que seria criminoso não aproveitar. Também a escadaria central, apresenta claras linhas modernas, mas não se sabe se este elemento alguma vez sofreu modificações, desde a construção de 1935. De qualquer forma, a sua localização na casa, sempre se manteve intacta.

A sala de visitas e sala de estar foram igualmente mantidas, bem como os seus pormenores. Na sala de estar, o tecto, utiliza a mesma madeira dos lambris

da sala de jantar, e talha rasgos onde está embutida a iluminação artificial, bem ao “estilo” moderno. Um espaço acolhedor, de pequena dimensão quando comparado com a sala de jantar, e que apesar de actualmente não ter muito uso, pode vir a servir de apoio à sala de jantar.

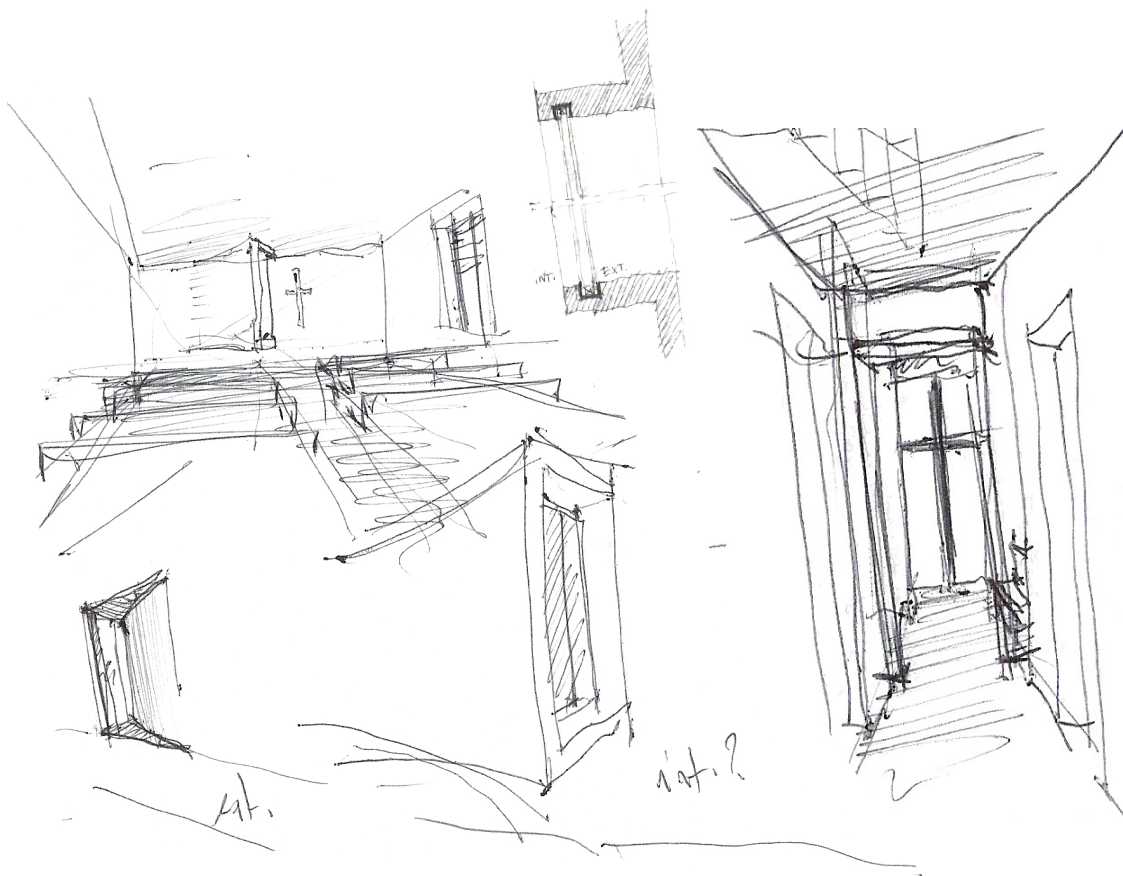
Todos estes elementos modernos, são uma mais valia para a nova proposta, e vão testemunhar uma história e uma arquitectura que a contemporaneidade não conseguiria nunca substituir.

No piso superior, também pouco alterado, criar-se-ia uma parede divisória entre os dois compartimentos de trabalho. Os dois banhos, de áreas generosas, passariam a ter áreas mais adaptadas. Enquanto que um serviria um dos quartos suite ao lado poente, o outro serviria de apoio à zona de trabalho no lado nascente. Esta disposição deveu-se, em grande parte, a uma vontade por parte do cliente. O cliente mostrou interesse em isolar os compartimentos – sala de trabalho e escritório – , na eventualidade de ser necessário utilizá-los como quartos. Com efeito, o banho, inicialmente pensado como w.c. de serviço, necessitaria assim de ter uma base de chuveiro. Por sua vez, a sala de trabalho deixaria de ter passagem directa para o escritório.

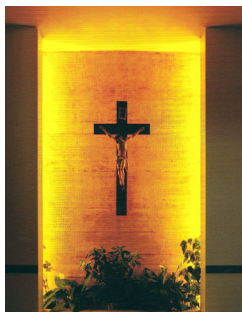
A ala norte da casa, com pormenores mais pobres e sem grande interesse, estaria sujeita a uma intervenção projectual mais profunda. Propôs-se a conservação e manutenção de alguns elementos e a eliminação total de outros, propondo novos espaços. Aqui, apenas a cozinha e a copa, seriam mantidas na íntegra. Tudo o resto seria reestruturado.

Na cozinha e copa, optou-se por colocar apenas mais arrumação. A copa, tratando-se já de um espaço generoso de 12 m², serve também como arrumação. Revestiu-se toda a parede sul com armários, onde se pensou encastrar alguns dos equipamentos, como o frigorífico e arca congeladora. Tomando como princípio que a arrumação não seria suficiente, libertou-se um espaço contíguo à entrada para a lavandaria/ sala de costura. Este espaço, camuflado pelo revestimento ritmado da placagem de madeira, estaria localizado no corredor de serviço, sendo fácil e rápido o acesso ao exterior.

A escada de serviço seria substituída por uma plataforma elevatória, o que permitia dotar a moradia de maior comodidade. Esta decisão facilitaria a organização do piso dos quartos ao nível superior, libertando área e garantindo a criação de 6 quartos suites.



107. desenhos de estudo da zona do oratório e do corredor de entrada.



108, 109, 110. capela de Sto. Ovídio, em Lousada (arq. Álvaro Siza Vieira) ; mosteiro de La Tourette, em Lyon, arq. Le corbusier ; Convento de Gondomar, no Porto, arq. Fernando Távora.

Um dos pedidos por parte da comunidade, foi como já se teve a oportunidade de referir, a colocação estratégica do oratório. Assim, ao actual escritório e sala de costura corresponderia o novo oratório, numa zona mais reservada, mas ao mesmo tempo, mais acessível da casa. Como forma de assegurar algum isolamento a este espaço de oração e contemplação, seria criada uma espécie de antecâmara no oratório. Além de filtrar o som, serviria de marco, símbolo da casa, aos visitantes. Desde o momento em que se entrasse no edifício, pelo acesso principal, e se percorresse o corredor de distribuição em direcção à escadaria principal, contemplar-se-ia, ao fundo, uma cruz, cenograficamente tratada por um sistema de iluminação indirecta.

Também Le Corbusier utiliza a cruz em variadas passagens nas suas mais referenciadas obras. É o caso do convento de La Tourette, em que quando se caminha em direcção à capela, se vê o cruzamento de um vão com a porta, formando uma cruz. Ou Álvaro Siza Vieira, na capela da Quinta de Sto. Ovídio, em Lousada, onde talha no betão um vão com a forma de cruz. Fernando Távora, na capela do Convento de Gondomar recua um plano vertical, para acolher lateralmente a luz natural, colocando, no centro a cruz, revelada pela luz. A cruz é o elemento simbólico da religião católica e pode tornar-se um tema interessante se bem explorado.

Um elemento sempre marcante e identificativo da casa foi a *bow-window*, pelo que prevaleceu desde a primeira intervenção até à actualidade. A exigência e necessidade de se criar seis quartos não deixaria que esta prevalecesse naquele local. Mas a razão principal para a sua eliminação não se deveu somente à questão dos quartos, mas também à desconfiguração do local. A ampliação de 1980 descontextualizou por completo a presença e a utilidade deste elemento, pelo que, como diria o arq. Fernando Távora, adaptando as suas palavras a um edifício, “sendo um ‘troço` uma parte de um todo – como pode ser perfeita a parte, se o todo é deficiente?”⁶⁴ Ao eliminar a *bow-window*, aproveita-se do espaço para cumprimento do programa pedido.

Os quartos passariam a ser individuais e a ter banho privado. Não se tratando do espaço mais importante, o quarto possui uma forte componente vivencial, é o espaço íntimo por excelência.

Ao contrário do que acontece normalmente nos conventos, em que

⁶⁴ TÁVORA, Fernando : *Da organização do espaço*, Porto : Faup Publicações, 1996, p.54.

existe um hierarquia de celas e uma diversidade de características, dependendo da importância de cada elemento na comunidade, aqui os quartos seriam o mais idênticos possível, evoluindo do dormitório comum para um conceito de espaço independente, correspondente a cada um dos membros da casa. Tentou-se que existissem outras funções associadas no mesmo espaço, tais como, uma zona para receber visitas, ou uma zona de estudo. No entanto não houve grande aceitação por parte do cliente. O quarto é, para esta instituição, apenas um local de união entre o dormir, o vestir o orar, e a sua dotação de banho privado era apenas uma resposta a uma necessidade actual de conforto, independência e isolamento.

“...a grande evolução da passagem do dormitório à cela é o carácter individual atribuído à reflexão e à meditação. Ao indivíduo, a transição de tipologias acrescentou-lhe a contemplação como acto individual, vindo talvez da responsabilização também individual da própria fé e pecado.”⁶⁵

O aproveitamento do vão do telhado não foi uma ideia inicial. Dado que seria necessário reparar o estado da cobertura, e havia um pé direito suficiente para poder constituir mais um piso, aproveitou-se este espaço como um novo espaço de reunião. Em contrapartida, seria necessário criar-se um acesso para este. Neste sentido, foi previsto um elemento leve, uma escada metálica, na continuação da antiga escadaria central. Ainda neste espaço, onde a altura atingia 1,60 m, criou-se um “forro” de armários que ao mesmo tempo alinha com a soleira dos vãos pontuais. A projecção da caixa da plataforma elevatória, que respondendo às medidas mínimas exigidas pelo produto, iria ultrapassar cerca de 50 cm de altura da cota do piso, seria um pequeno banco centralizado cuja localização é ideal para a organização de um espaço de leitura.

O exterior da casa apresentava uma linguagem pouco clara, sem qualquer regra de composição. As adições de acrescentos deu essa consequência: janelas não alinhadas, sem uma medida exacta, sem alinhamentos de referência, tornavam difícil descobrir por onde é que o projecto se deveria guiar. Concluiu-se que o ideal, já que a ala sul seria mantida intacta, ser usada essa parte para ditar uma regra, um princípio para a nova composição. No seguimento e suprimindo os caixilhos de madeira preexistentes, tornava-se forçoso repensar no seu desenho. A retirada ou manutenção das peças que dividem as folhas das janelas? Inicial-

linguagem e desenho de
alçados

⁶⁵ cit. em “O Convento de S. Bento da Vitória, Porto”; trabalho realizado para a disciplina de História da Arquitectura Portuguesa, 2008, p.52.



111. desenhos de estudo da zona dos quartos ; estudo das zonas de leito, de vestir e iluminadas em cada caso, em confronto com o exemplo do convento de Gondomar (Porto), o convento de La Tourette (Lyon) e o convento de S.Bento da Vitória (Porto).



112. estudos dos diferentes alçados para a nova proposta

mente ensaiou-se a eliminação das bandeiras. O resultado era uma composição fria e simplista. No entanto, procedendo à sua manutenção, além de acarretar custos elevados, corre-se o risco de, na fachada modificada, se proceder a uma falsa reprodução dos antigos elementos. De qualquer modo, numa fase inicial, de licenciamento, decidiu-se apenas definir o tipo de caixilho a utilizar e qual a sua funcionalidade, para numa fase mais avançada, perceber se estes elementos são realmente necessários para o funcionamento e harmonia da linguagem do novo edifício.

O alçado mais alterado foi o alçado poente, onde iriam os quartos. A norte, foram menores as alterações. No entanto, salienta-se o vão do oratório. Este espaço mereceu especial atenção. Por ser um local de introspecção, achou-se pertinente fechar o vão pré-existente. Já havia dois vãos na fachada nascente, do mesmo espaço, e por isso pensou-se numa luz mais filtrada, uma luz de `contem-
plação` e não de `iluminação`.

“(...) A sombra é o que permite fazer a leitura da luz. O gótico rasgava-se verticalmente em vitrais que, dando passagem à claridade, ao mesmo tempo a matizavam para resgatar no último instante o efeito misterioso da penumbra. Mesmo nos modernos tempos, quando a parede é, em grande parte, substituída por aberturas que quase a anulam, que a fazem desaparecer em absurdos revestimentos de vidro que diluem os seus próprios volumes num processo de caleidoscópicas reflexões e projecções, a necessidade de apoio de que o olho humano não pode prescindir procura ansiosamente um ponto sólido onde possa descansar e contemplar.” 66

A poente, o ritmo da fachada revela o ritmo interior marcado pelos quartos. A mesma regra utilizou-se nos dois quartos situados a norte.

Já que o vão do telhado ia ser praticável, era necessário criar condições de iluminação. Sendo a sua posição estratégica, a iluminação natural era possível e imprescindível, podendo ir buscar iluminação de qualquer orientação.

A sala da Província, ao ser demasiado comprida para a iluminação ser salvaguardada por apenas os dois vãos - correspondentes à varanda norte e poente -, optou-se pela criação de dois focos de luz, direccionados para a zona mais encoberta. Sendo um espaço trabalho, a luz seria elemento indispensável ao bom funcionamento deste espaço.

66 SARAMAGO, José : “O Caderno- blog 2008/ 2009”, cit. em http://calomelano.it/ebooks/006_saramago.pdf; p. 123, acedido em Maio 2011.

O mais complicação foi infra-estruturar o edifício para um programa que não estava preparado. A expressão do edifício foi sempre respeitada, não foram colocados tectos falsos onde estava previsto manter o existente, mas tentou-se tanto quanto possível, camuflar todas as infra-estruturas essenciais. A nível de canalizações e escoamentos, Criaram-se duas paredes duplas localizadas na divisória entre corredor de distribuição com a copa e cozinha, e uma outra na divisória das escadaria central com o oratório. Já que a estrutura se ia manter, de madeira, a espessura dada pela distancia entre os tramos, permitirá que qualquer desvio necessário a nível de infra-estruturas possa vir a ser feito pelo tecto ou pelo solo. Relativamente à caleira, e cilindro, estes deixarão de estar na cave e passarão para um dos arrumos da garagem. Estes arrumos não têm grande utilidade para as habitantes, e como é necessário haver ventilação, e este foi o local mais apropriado encontrado.

Relativamente aos acabamentos, tentou-se do mesmo modo que a nível formal e programático, criar uma unidade no seu todo, tentando trazer pelo perfeccionismo, claridade para o interior da casa. Não existe grande aprofundamento neste campo, numa fase de licenciamento, no entanto existe uma ideia pré-concebida.

Exteriormente o edifício seria revestido sob o sistema ETICS (ou sistema cappotto) com pintura igual à cor existente. O sistema ETICS destaca-se pela questão do isolamento ser feito pelo exterior, apresentando vantagens no caso de edifícios com pouco isolamento térmico.

A cobertura, agora mais um piso constituinte da casa, seria revestida de telha cerâmica, e assente sobre painel sanduíche com isolamento térmico. A sua estrutura, em madeira, seria igualmente mantida, procedendo-se apenas ao seu isolamento através de painéis sanduíche pelo interior, e aplicação de nova telha igual à existente.

Os acabamentos interiores das zonas a manter seriam, como já foi referido, conservados. No caso das zonas reformuladas, seria utilizado o gesso cartonado (ou pladur) nas paredes divisórias, e posteriormente pintado à tinta branca.

Os pavimentos e paredes das instalações sanitárias, seriam revestidos a material cerâmico rectificado. Não se procedeu à utilização de lambril, nas zonas húmidas, como acontecia nas propostas anteriores. Desta vez, o revestimento cerâmico revestiria a totalidade do espaço.

Todos os restantes pavimentos seriam revestidos a soalho envernizado, e toda a carpintaria interior, acabada a verniz mate.

legislação

* **Decreto-Lei n.º 163/2006**; Diário da República, 1ª série – N.º 152—8 de Agosto de 2006; Secção 2.5 (Rampas), p. 5678

2.5.1_ As rampas devem ter a menor inclinação possível e satisfazer uma das seguintes situações ou valores interpolados dos indicados:

1) Ter uma inclinação não superior a 6 %, vencer

um desnível não superior a 0,6 m e ter uma projecção horizontal não superior a 10 m;

2) Ter uma inclinação não superior a 8 %, vencer

um desnível não superior a 0,4 m e ter uma projecção horizontal não superior a 5 m.

** **Decreto-Lei n.º 163/2006**; Diário da República, 1ª série – N.º 152—8 de Agosto de 2006; Secção 2.5 (Rampas), p. 5678

2.5.2_ No caso de edifícios sujeitos a obras de alteração ou conservação, se as limitações de espaço impedirem a utilização de rampas com uma inclinação não superior a 8%, as rampas podem ter inclinações superiores

se satisfizerem uma das seguintes situações ou

valores interpolados dos indicados:

1) Ter uma inclinação não superior a 10%, vencer

um desnível não superior a 0,2 m e ter uma projecção horizontal não superior a 2 m;

2) Ter uma inclinação não superior a 12%, vencer

um desnível não superior a 0,1 m e ter uma projecção horizontal não superior a 0,83 m.

*** **Decreto-Lei n.º 163/2006**; Diário da República, 1ª série – N.º 152—8 de Agosto de 2006; secção 2.1, alínea 2.1.1, p. 5677

Em todo o percurso académico, a legislação sempre foi abordada por alto mas nunca seguido à regra, pelo que se facilitava muitas vezes em prole da estética do projecto. No entanto, este factor é levado muito em conta quando ingressamos no mundo profissional. O não cumprimento de uma legislação pode causar a não aprovação do projecto quando submetido à Câmara Municipal. Terá sido a primeira vez que nos deparamos com a realidade das exigências e limitações dadas a cabo pela legislação. Quando havia dúvidas, não se procedia a nenhuma solução sem antes consultar a legislação. Assim, contamos com ligeiros ajustes na compartimentação interior do projecto:

- criou-se uma rampa na porta principal, com 8% de inclinação, para vencer o desnível criado, cumprindo assim o estipulado na alínea 2 do ponto 2.5.1 do Plano de Acessibilidades. *

- no portão principal, virado para a rua Dr. Carlos Ramos, que possui uma soleira em granito, será utilizada a própria peça de granito rampeada, para garantir uma rampa, que não excedesse os 12% de inclinação, conforme o previsto na alínea 2 do ponto 2.5.2 do referido Plano. **

Segundo as exigências, “os edifícios e estabelecimentos devem ser dotados de pelo menos um percurso, designado de acessível, que proporcione o acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada entre a via pública, o local de entrada/saída principal e todos os espaços interiores e exteriores que os constituem.” *** Deste modo, criamos um percurso certo, para além da plataforma elevatória a nível interior, ao nível do rés-do-chão, que possui um quarto, sala, cozinha e banho, e apresenta as seguintes características:

- Todas as portas têm as dimensões mínimas de 0,80m x 2,00m;
- os corredores apresentam larguras variáveis dadas pelo grau de privacidade, mas sempre superiores a 1,10 m;
- possui uma casa de banho, com uma porta de correr, que satisfaz as condições previstas no Plano de Acessibilidades, sendo constituída por um lavatório e uma sanita, suspensos, e uma zona de banho, nivelada com o restante pavimento, para permitir um acesso fácil. O espaço disponível entre as peças possui as dimensões necessárias para inscrever uma zona de manobra com rotação de 360°.

- a cozinha garante uma fácil circulação pois o espaço entre balcões excede largamente o mínimo previsto.

Tratando-se de um edifício de 3 pisos, onde apenas se conhece a existência de uma escadaria, optou-se por criar um espaço dedicado à possibilidade de existir posteriormente uma plataforma elevatória, cumprindo as exigências do ponto 3.2.

“Nos edifícios de habitação em que não sejam instalados durante a construção meios mecânicos de comunicação vertical alternativos às escadas, deve ser prevista no projecto a possibilidade de todos os pisos serem servidos por meios mecânicos de comunicação vertical instalados a posteriori, nomeadamente [plataformas elevatórias ou ascensores de cabina]”. ****

**** **Decreto-Lei n.º 163/2006**; Diário da República, 1ª série – N.º 152—8 de Agosto de 2006; secção 3.2, alínea 3.2.2, p. 5684

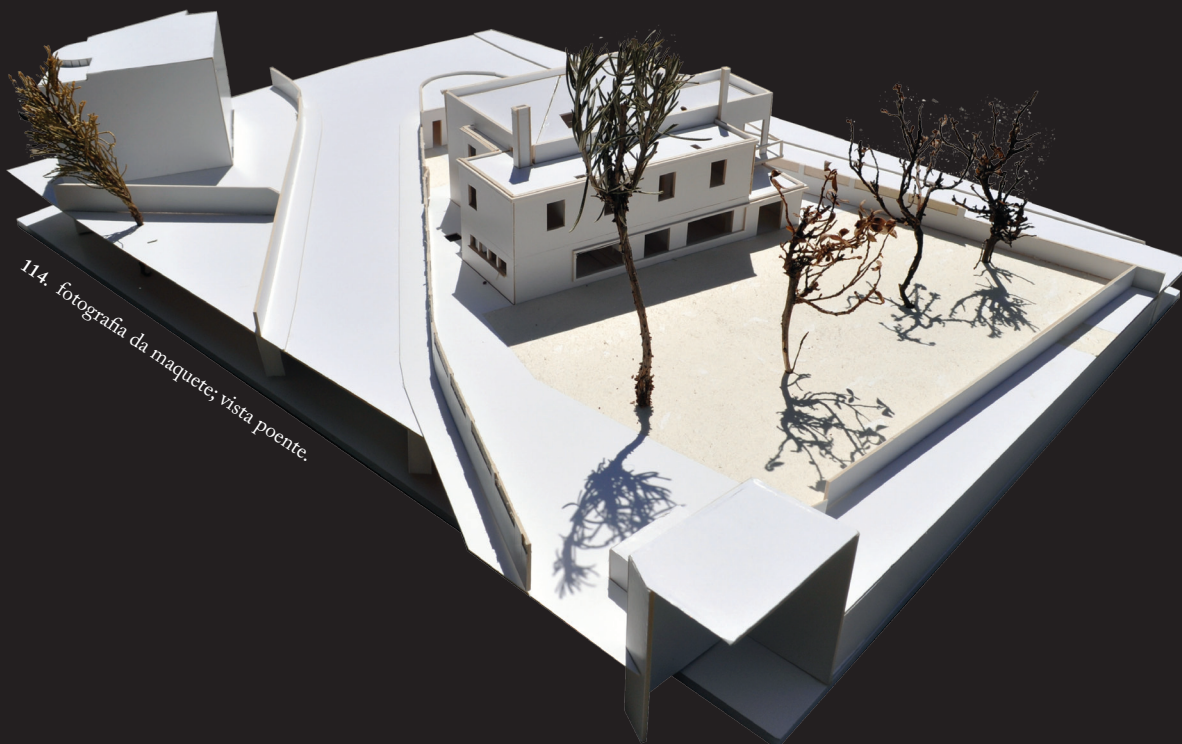
d.2. DESENHOS DE LICENCIAMENTO

“Lentamente, a evolução do projecto orienta-se para uma redução à essência e uma gradual aproximação à substância (...) é importante a expressão de uma qualquer singularidade que, não traindo a essência, liberte o desenho das razões demasiado óbvias. Consegue assim definir-se um toque de autenticidade que atrai de maneira não agressiva mas que, ao mesmo tempo, surge, em parte, como banal. Partir com a obsessão da originalidade é um processo inculto e primário.”⁶⁷

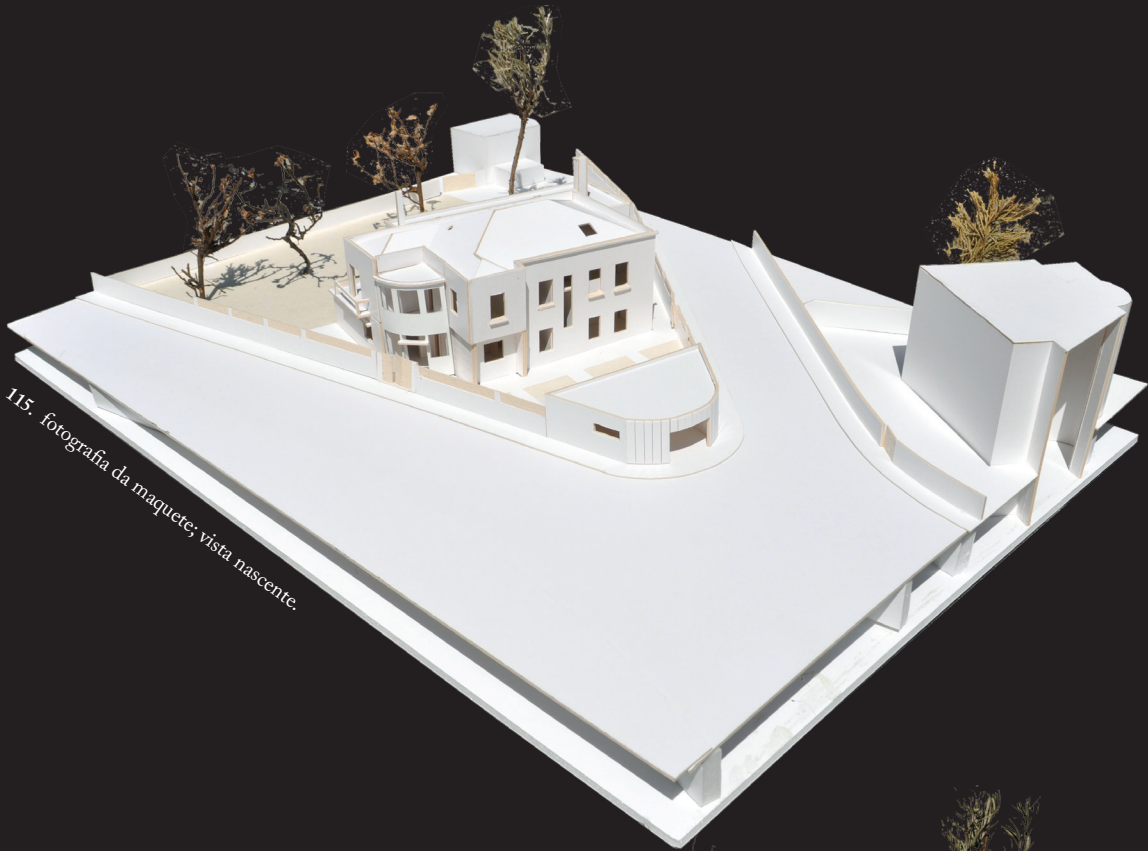
⁶⁷ VIEIRA, Álvaro Siza : *Imaginar a evidência* / Álvaro Siza ; pref. Vittorio Gregotti. - Lisboa : Edições 70, 2000, p.145.



113. fotografia da maquete; vista sul.



114. fotografia da maquete; vista poente.



115. fotografia da maquete; vista nascente.



116. fotografia da maquete; vista norte.

